

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 5ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 1.2 – 4ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada a ouvir a Profa. Sandra Regina Goulart Almeida, reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, sobre os estudos em andamento nessa universidade relacionados com o desenvolvimento e a produção de vacina contra o novo coronavírus
- 1.3 – 28ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura

2 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

4 – ERRATA



ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 14/4/2021

Presidência do Deputado Agostinho Patrus

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – Orientações sobre a Reunião – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 119/2021; emissão de parecer pelo relator; encerramento da discussão; votação nominal do projeto; aprovação – 3ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 119/2021; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; Questão de Ordem; Suspensão e Reabertura da Reunião; encerramento da discussão; votação nominal do parecer; aprovação – Declarações de Voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Doutor Jean Freire – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 9h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Gustavo Santana, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

O presidente – Muito obrigado, deputado Gustavo Santana. Esta presidência agradece a V. Exa. pela leitura da ata e também pela brilhante presidência no dia de ontem, quando esteve à frente dos trabalhos da Assembleia de Minas.

Orientações sobre a Reunião

O presidente – A presidência esclarece que esta reunião será realizada de forma remota, nos termos da Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* de 10 de fevereiro de 2021, e da Deliberação da Mesa nº 2.762, de 2021, observando-se as seguintes diretrizes:

- 1) A matéria será submetida a votação pela plataforma Silegis;
- 2) Concluído o processo de votação, não será permitida retificação de voto;
- 3) Os parlamentares poderão fazer uso da palavra para declaração de voto, pelo prazo de 5 minutos, devendo se inscrever exclusivamente na plataforma Silegis, na aba “Reuniões/Plenário”. Será concedida a palavra somente após o término de todas as votações;
- 4) Será cancelada, nos termos do art. 245 do Regimento Interno, a inscrição do deputado que, chamado, não estiver online no sistema de comunicação remota utilizado pela Assembleia. Nesse caso, o deputado deverá se inscrever novamente se ainda quiser fazer uso da palavra;
- 5) Havendo problemas técnicos ou perda de conexão, a presidência passará ao próximo parlamentar inscrito e, assim que o deputado voltar a se conectar, ele será chamado para continuar seu pronunciamento pelo tempo que lhe restar, desde que ainda não tenha sido encerrada a respectiva fase.

Com muito pesar, esta Casa comunica o falecimento do consultor legislativo Diogo Celso de Rezende Neiva. Ele acaba de falecer. É marido da nossa colega de Assembleia Marcela Marinho, a quem nós apresentamos aqui os nossos sentimentos, em nome da Assembleia. Reiteramos, mais uma vez, a necessidade do isolamento, do uso da máscara, do álcool em gel, porque, infelizmente, esta é uma doença que atinge a todos. Infelizmente vitimou o nosso colega, servidor da Assembleia, Diogo, que, nesta manhã, faleceu em virtude da Covid 19.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 119/2021, da Mesa da Assembleia, que reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 nos Municípios de Araporã; Areado; Barbacena; Botumirim;

Capitólio; Congonhas; Extrema; Formoso; Fronteira; Gameleiras; Guaraciama; Japonvar; Juatuba; Lamim; Mantena; Monte Azul; Morro da Garça; Piedade dos Gerais; Prata; Riacho dos Machados; Ribeirão Vermelho; Rio Acima; Salto da Divisa; Santa Cruz de Salinas; e Tabuleiro; e reconhece a prorrogação do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 nos Municípios de Abre Campo; Aimorés; Araçai; Bandeira; Barroso; Brazópolis; Bueno Brandão; Camacho; Campanha; Campo Florido; Campos Altos; Caputira; Carandaí; Catuti; Coração de Jesus; Couto de Magalhães de Minas; Cuparaque; Dom Cavati; Dom Silvério; Espera Feliz; Grão Mogol; Ibituruna; Itabirinha; Itaverava; Itutinga; Jaboticatubas; Laranjal; Leme do Prado; Mamonas; Mar de Espanha; Marilac; Matozinhos; Nova Serrana; Padre Carvalho; Patos de Minas; Pedro Leopoldo; Piranga; São João do Oriente; São José do Divino; Sarzedo; Ubaporanga; Uberaba; e Volta Grande. Nos termos do art. 3º da Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* de 10 de fevereiro de 2021, a presidência designou relator da matéria o deputado Cássio Soares. Com a palavra, o deputado Cássio Soares, para emitir seu parecer.

O deputado Cássio Soares – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para Turno Único do Projeto de Resolução nº 119/2021 foi publicado na edição anterior.

O presidente – Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT) – Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Bosco (Avante) – Braulio Braz (PTB) – Bruno Engler (PRTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Celise Laviola (MDB) – Charles Santos (Republicanos) – Coronel Henrique (PSL) – Cristiano Silveira (PT) – Cássio Soares (PSD) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Douglas Melo (MDB) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Duarte Bechir (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Gil Pereira (PSD) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Gustavo Valadares (PSDB) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – João Leite (PSDB) – Laura Serrano (Novo) – Leandro Genaro (PSD) – Leninha (PT) – Léo Portela (PL) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Mário Henrique Caixa (PV) – Neilando Pimenta (Pode) – Professor Irineu (PSL) – Raul Belém (PSC) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Tadeu Martins Leite (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Tito Torres (PSDB) – Ulysses Gomes (PT) – Zé Guilherme (PP) – Zé Reis (Pode).

– Registram “não”:

Bartô (Novo) – Doutor Wilson Batista (PSD).

O presidente – Votaram “sim” 56 deputados. Votaram “não” 2 deputados. Está aprovado o projeto. À redação final.

3ª Fase

O presidente – Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres de redação final.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

O presidente – A presidência designa relator o deputado Cássio Soares para emitir o Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 119/2021. Com a palavra, o deputado Cássio Soares, para emitir seus pareceres.

O deputado Cássio Soares – Sr. Presidente, meus pareceres são os seguintes:

– O Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 119/2021 foi publicado na edição anterior.

Questão de Ordem

O deputado Cássio Soares – Sr. Presidente, eu pediria para suspender, por um minuto apenas.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 3 minutos para entendimentos entre as lideranças. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Parecer de Redação Final do Projeto Resolução nº 119/2021, da Mesa da Assembleia. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT) – Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Bosco (Avante) – Braulio Braz (PTB) – Bruno Engler (PRTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Celise Laviola (MDB) – Charles Santos (Republicanos) – Coronel Henrique (PSL) – Cristiano Silveira (PT) – Cássio Soares (PSD) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Gil Pereira (PSD) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – João Leite (PSDB) – João Magalhães (MDB) – Laura Serrano (Novo) – Leninha (PT) – Léo Portela (PL) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Mário Henrique Caixa (PV) – Neilando Pimenta (Pode) – Professor Irineu (PSL) – Raul Belém (PSC) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Tadeu Martins Leite (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Tito Torres (PSDB) – Ulysses Gomes (PT) – Zé Guilherme (PP) – Zé Reis (Pode).

– Registra “não”:

Oswaldo Lopes (PSD).

O presidente – Votaram “sim” 54 deputados. Votou “não” 1 deputado. Está aprovado o parecer. À sanção.

Declarações de Voto

A deputada Celise Laviola – Bom dia, presidente; bom dia a todos os deputados e deputadas, colegas que estão aqui conosco. Eu vou iniciar, presidente, com um sentimento muito triste pela partida do nosso Diogo, que esteve conosco, junto à CCJ, acompanhando os pareceres. Meus sentimentos à Marcela, a todos os familiares, e a todos os amigos por este momento tão triste. Quero dizer, presidente, da importância da sua condição nesta Casa para preservar os nossos servidores e a vida deles também. A sua conduta, a sua forma de avaliar e trazer esse problema para dentro da Casa, chamando a Assembleia, em todos os momentos, à responsabilidade de estar junto com o público, junto com a população, dividindo as angústias, mas também assumindo e mostrando as responsabilidades e os compromissos. Obrigada, presidente, por sua postura em nos representar. Hoje tivemos na pauta um projeto de declaração de calamidade pública, e às vezes pode parecer que não é um projeto que tenha tanta importância, presidente, mas, neste momento, é bom que os colegas saibam que isso traz muito conforto aos municípios porque assim eles terão algumas liberações e algumas condições melhores para conduzirem este momento. A nossa região está no pior momento e hoje é a pior região do Estado na questão da Covid. Há vários municípios sendo contemplados com esse projeto, então quero dizer que a gente vota "sim" porque realmente é uma necessidade, presidente. Acompanho a maior parte deles, pelo menos em relação aos que acompanho sei que realmente é uma necessidade essa declaração de calamidade pública. Hoje já temos os Municípios de Abre-Campo, Aimorés,

Caputira, Cuparaque, Itabirinha e São José do Divino, lá, na nossa região, e agora entrando para essa lista e sendo reconhecidos como municípios em estado de calamidade pública, temos os Municípios de Mantena e Fronteira, lá no Triângulo. Então agradeço muito, presidente, aos colegas que votaram e aprovaram esse projeto porque esses municípios estavam realmente aguardando isso. Muito obrigada a todos e obrigada a V. Exa. pela condução. Também manifesto aqui a minha saudade de todos e a minha vontade de estar presencialmente nesta Casa com todos vocês.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Presidente, deputados, é sempre um prazer participar de uma reunião presidida por V. Exa. Acho que hoje acertamos uma declaração de calamidade pública desses municípios, mas quero lembrar a V. Exa., presidente, que não adianta nada a gente tentar ajudar os municípios e o governo não fazer a parte dele. Quero aqui deixar o meu protesto e pedir que o líder do governo, deputado Gustavo Valadares, e o líder da Maioria, deputado Raul Belém, possam agir com mais afinco com relação ao que vem acontecendo nos postes de ligação de luz da Cemig. São pessoas humildes que estão tendo a luz cortada, presidente. O nosso governador tem que entender que está todo mundo numa dificuldade muito grande. A realidade é essa, mas ele coloca a turma da Cemig para cortar a luz. Ontem mesmo mandei uma notícia para O Globo, mas não fiz igual ao Cleitinho, colocando em rede social, nem fiz igual ao Tramonte, colocando na televisão, porque isso a gente tinha mesmo era que mostrar. Estou falando de uma senhora de quase 80 anos que teve a luz cortada por causa de R\$96,00. Isso não pode acontecer, presidente. Não podemos mais aceitar, o povo não aguenta, e também não aguentamos mais. Aliás, outro dia, vi o Cleitinho nas suas redes sociais, e é um absurdo o que as blitze estão fazendo. As blitze estão em toda a Minas Gerais, e a Polícia Militar está indo para as ruas encher carro-reboque, encher pátio de motos de motociclistas que, em sua maioria, estão trabalhando. Presidente, se não pagaram o IPVA até hoje, e a grande maioria pagou, só 10% que não pagaram, mas quem não pagou é porque não tem dinheiro para pagar, presidente, e o governo de Minas tenta continuar arrecadando. Está na hora de a Assembleia votar um projeto de minha autoria que está aí, e esta Casa vai fazer, que é um auxílio emergencial para o pessoal do comércio. Não precisa dar dinheiro não, presidente. Vamos dar um crédito, um crédito para pagarem a conta de luz, um crédito no valor de R\$3.000,00 a R\$5.000,00 para efetuar pagamentos de contas de luz, IPTU, IPVA. Eles terão um crédito, presidente, e a Assembleia vai ter que fazer isso porque o governo não está fazendo, infelizmente. O governo está massacrando quem já está massacrado. O governo está acabando com quem já se acabou. O governo não tem mais nada para fazer e vai lá falar com o pessoal que vai prender o povo na rua por falta de pagamento do IPVA. O IPVA esta Assembleia prorrogou o decreto até junho, mas o governador não prorrogou a não apreensão. Fizemos um projeto nesta Casa que não foi respeitado e que não está sendo respeitado. Temos um projeto aprovado que proíbe a apreensão dos veículos por falta de pagamento do IPVA, mas eles continuam cobrando. E aí falam: "Mas o pagamento é referente ao ano de 2019", está bom, mas estamos em 2020 e ainda ninguém conseguiu pegar o DUT, apesar de falarem que não vai precisar pegar mais porque está tudo no computador. Resumindo, presidente, eles estão prendendo e apreendendo esses veículos, e isso (– Falha na transmissão do áudio.)

O presidente – Parece que estamos com um problema, deputado, com o seu áudio. Só um minuto. Agora O.K.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Então, presidente, nós não podemos. Sabe o que a Assembleia tem que fazer? Temos 77 deputados, presidente, e temos que começar a votar os projetos de interesse da população. Temos que votar os projetos que vão ajudar a população. Demos uma parada agora por causa desse período, mas está na hora não só de votar e aprovar, mas também de pedir que o governo cumpra o que foi votado; o governo não vem fazendo isso. Tenho certeza de que o Sr. Zema está lá na casa dele na Pampulha; o Sr. Zema não deve estar sabendo, vamos falar no popular, que está acontecendo isso. Não se pode mais apreender veículos porque há uma lei da Assembleia sobre isso. Além do mais, o povo está necessitado e não consegue pagar por isso. O Zema tem que parar de tentar arrecadar neste momento, presidente. O meu recado também vai para os prefeitos. Está na hora de os prefeitos começarem a ajudar o comércio local, dando uma bolsa ou um incentivo para que esses comércios possam pagar os seus tributos. Então fica aqui, Sr. Presidente, um apelo ao governo Zema, ao líder de governo, Gustavo Valadares, e ao líder da Maioria, Raul Belém, para que consigam fazer uma interlocução desta Casa, porque a população não aguenta mais. E vou falar também: o Sr. Kalil também tem que pegar o pessoal da guarda municipal aqui e pedir para manear, porque ela tem multado muito a população. Os

taxistas estão pagando caro por causa disso: "Mas desceu no lugar errado...". Deixem descer, não há nem um movimento na cidade, gente, e os caras estão metendo a caneta. Então fica aqui o apelo ao governo de Minas: respeite a Assembleia e as leis que aqui foram aprovadas, porque nós fazemos leis para beneficiar, para ajudar o governo a sair bem desta pandemia que está aí. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Bartô – Sr. Presidente, obrigado por me conceder a palavra. Só queria deixar claro que não tenho nada contra esses municípios. Pelo contrário, tenho muito carinho por alguns municípios, mas a gente segue votando "não" para poder manter a coerência dos argumentos já colocados aqui, neste Plenário. Obrigado.

O deputado Carlos Pimenta – Bom dia, presidente. Bom dia, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Eu votei "sim" também para manter a minha coerência, porque, desde os primeiros projetos, tenho votado favoravelmente a essa autorização da Assembleia Legislativa prorrogando os estados de calamidade, aceitando o estado de calamidade pública em alguns municípios mineiros em decorrência da Covid. Eu quero só, presidente, lembrar que, a partir desta semana, essas autorizações tomam um caráter oficial mais importante e mais grave. Aceitaram, lá na CPI do Senado, a fiscalização também dos recursos federais que chegam aos estados e aos municípios. Então é muito importante que o prefeito entenda, que o secretário municipal de Saúde entenda que nós não estamos dando um cheque em branco, nós estamos acreditando na boa-fé dos prefeitos, na boa-fé das prefeitas, dos secretários e das secretárias municipais de Saúde, para que possam usar, de uma maneira muito, mas muito cuidadosa, esses recursos para o combate à Covid, porque a conta vai chegar depois. Eu não tenho dúvida de que a conta vai chegar depois. Muitos prefeitos que aí estão, a maioria dos prefeitos que eu conheço estão agindo com muita parcimônia, com muito cuidado, embasados em pareceres jurídicos, embasados em cúpulas bem estabelecidas, e, certamente, não terão problemas, mas aqueles prefeitos, principalmente alguns que não têm um aparato jurídico melhor, poderão passar um aperto muito grande, porque terão que prestar conta de centavo por centavo. Eu conversei, Agostinho, na semana passada, com o secretário municipal de Saúde de Poços de Caldas, o nosso companheiro Dr. Mosconi. Mosconi foi um dos precursores do SUS, foi deputado federal, foi deputado estadual, presidiu a Comissão de Saúde por várias vezes, um dos políticos mais completos que nós temos hoje em Minas Gerais. Ele falava assim comigo: "Carlos, nós estamos aqui com uma dificuldade muito grande, com medicamentos para o kit entubação. Eu recebi a proposta de comprar esses medicamentos, mas num preço estratosférico. Para um medicamento que custava R\$40,00 uma caixa com 10 ampolas eles estavam pedindo R\$400,00". Ele falou: "Eu não tenho como comprá-lo. Eu estou num beco sem saída. Se eu comprar o medicamento caro, certamente, depois, eu vou ter que prestar contas dessa majoração. E se eu não comprar, vão morrer as pessoas". Vejam bem que dilema que nós estamos vivendo. Então isso é só para exemplificar que os secretários municipais de Saúde têm que ter muito cuidado com o uso desse dinheiro. Isso é muito importante, porque nós estamos agindo em nome da boa-fé, pensando que os prefeitos, os secretários e todos irão usar esses recursos bem usados. E, em se tratando de Covid, nada é verdade hoje. O que era verdade ontem não é verdade hoje. O que valeu ontem não vale hoje, inclusive na compra de equipamentos, de respiradores, de insumos, de medicamentos. Tudo isso é uma coisa que nós estamos tomando conhecimento agora. Então é muito, muito difícil essa decisão que nós estamos tomando. Quero só fazer esse alerta. Para terminar, Agostinho, eu queria também hoje fazer um reconhecimento, se o senhor me permitir. Um reconhecimento aos profissionais de saúde que estão exaustos, aos profissionais de saúde que estão trabalhando nos hospitais, nos CTIs, nos leitos de retaguarda, nos hospitais de campanha, e não estão aguentando mais. Eu conversava com alguns deles, e falaram: "Carlos, eu não estou dormindo. Eu estou trabalhando 16 horas por dia. Às vezes, eu pego um plantão de 8 horas num CTI e tenho que correr para o outro hospital, para pegar outro plantão de 8 horas. Quando chego em casa, eu não posso ficar com a minha família, porque estou em ambientes insalubres, em se tratando da pandemia. E, quando vou dormir, eu não consigo dormir, eu não consigo me alimentar, eu não consigo pensar, eu não consigo ver televisão. Na hora em que eu ligo a televisão, dá vontade de gritar, dá vontade de se desesperar, só vejo notícia ruim nas televisões". Então quero prestar, Agostinho, em meu nome e em nome dos 77 deputados, esta homenagem a esses profissionais, que são médicos, são enfermeiros, são enfermeiras, são auxiliares de enfermagem, são fisioterapeutas, são biomédicos, são bioquímicos que estão nos laboratórios, muitas vezes em plantões, muitas vezes de 24 horas.

Tomara a Deus, que a gente tenha mais ou menos um controle, porque nós não temos profissionais capacitados e gabaritados para fazer a reposição desses profissionais, heróis anônimos, pessoas que não estão conseguindo mais controlar as suas vidas. Houve um desajuste, um desarranjo muito grande na vida desses profissionais, plantões um atrás do outro, uma responsabilidade muito grande, muitas vezes tendo que escolher quem é que vai ocupar o leito de CTI e quem não vai ocupar o leito de CTI. Então esta homenagem eu faço, com toda a minha convicção, eu faço com todas as forças que eu tenho neste momento, porque nós vamos, Agostinho, e eu peço que o senhor depois, no dia em que a gente voltar à normalidade, no dia em que a Assembleia fizer outra homenagem agraciando pessoas deste estado que contribuíram para o Estado de Minas, que nós possamos fazer esta homenagem voltada a esses profissionais que estão salvando as nossas vidas. Agora mesmo o senhor falou da morte de um funcionário, um servidor qualificado da Assembleia Legislativa, que deixa a sua esposa, que também é servidora, e filhos. Muitas pessoas estão morrendo assim. Nós estamos perdendo 3 mil pessoas por dia neste país, e só não estamos perdendo mais por causa desses heróis anônimos, altamente qualificados, que estão exaustos. Fica aí a nossa homenagem, a minha homenagem e também a homenagem da Assembleia Legislativa a esses profissionais. Obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Carlos Pimenta. Eu quero também me juntar a V. Exa. nesta homenagem. Sou filho de uma médica e de um médico e sei a devoção que essas pessoas têm em curar o próximo, em se dedicar à vida daqueles que mais precisam, num momento tão grave do existir de cada um de nós. Portanto, eles merecem todas as nossas homenagens. Com certeza, iremos levar adiante a sugestão de V. Exa. e fazer – passada toda esta pandemia – uma grande homenagem a todas as pessoas do setor da saúde que se desdobraaram e, por causa delas, como disse muito bem V. Exa., nós não temos ainda mais mortes no nosso estado e no nosso país.

Com a palavra, para declaração de voto o deputado Zé Reis.

O deputado Zé Reis – Muito bom dia, Sr. Presidente, e todos que nos assistem. Na primeira hora, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos frente ao Parlamento mineiro, diante dessa crise sem precedentes, que de forma muito profunda vem produzindo efeitos diretos na vida do cidadão, dos nossos mineiros e mineiras. Quero aqui fazer essa declaração a todos os municípios que hoje estão fazendo o seu reconhecimento da situação de emergência, da situação de calamidade. Nesta oportunidade, Sr. Presidente, eu também não posso deixar de lembrar o meu pequeno Município de Bonito de Minas, onde tive a honra de ser prefeito. Ele foi, na Lei nº 6.767/1976, elevado ao povoado de Bonito, naquela ocasião. Bonito de Minas foi criado por lei de 1995, em 21/12/1995, mas, por essa importante data de instalação do distrito, em 14/4/1977, quando prefeito, naquela ocasião, tive a honra de criar esse marco de referência de aniversário. E hoje a cidade de Bonito de Minas completa 25 anos de sua existência, de ação, de efetivação, de transformação do Norte de Minas como um todo. Então, deixo aqui minha declaração de voto e os meus parabéns a toda a nossa gente do Norte de Minas, especialmente ao nosso povo da nossa querida cidade de Bonito de Minas por esses 25 anos. Espero que os nossos vereadores, prefeita, o nosso vice-prefeito possam conduzir, de forma profícua, o destino da minha querida cidade de Bonito de Minas. Parabéns, presidente. Um forte abraço.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, o presidente encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 10 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de hoje, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 14/4/2021**Presidência do Deputado Agostinho Patrus**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Palavras da Sra. Sandra Regina Goulart Almeida – Palavras do Presidente – Palavras da Deputada Beatriz Cerqueira – Debates – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Doutor Jean Freire – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Delegada Sheila – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Mauro Tramonte – Professor Irineu – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 10h13min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O deputado Carlos Henrique, 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O presidente – Destina-se esta reunião a ouvir a Profa. Sandra Regina Goulart Almeida, reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, sobre os estudos em andamento nessa universidade relacionados ao desenvolvimento e à produção de vacina contra o novo coronavírus.

Composição da Mesa

O presidente – A presidência convida a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Sandra Regina Goulart Almeida, reitora da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, a quem agradecemos pela presença; e a deputada Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia desta Casa.

Agradecemos a Exma. Sra. Sandra Regina Goulart Almeida, pelo trabalho, pela forma com que tem conduzido a universidade num momento tão difícil, tão desafiador; e também pelas importantes parcerias que realizamos no ano passado, que, com certeza, geraram frutos para a população de Minas Gerais. Quero agradecer também a presença da deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, autora do requerimento que solicitou esta reunião.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente – A presidência esclarece que esta reunião será realizada de forma remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.762, de 2021, observando-se as seguintes regras para a organização dos trabalhos:

1) A reitora da UFMG disporá de até 20 (vinte) minutos para sua exposição;

2) Após a fala da convidada, a presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, deputada Beatriz Cerqueira, disporá de 10 (dez) minutos para apresentar suas considerações e questionamentos;

3) Os parlamentares poderão se inscrever na Plataforma Silegis, na aba “debate” da 4ª Reunião Especial de Plenário, para considerações e questionamentos, pelo prazo de 5 (cinco) minutos;

4) A convidada disporá de 5 (cinco) minutos para sua resposta, sendo permitida ao parlamentar autor do questionamento réplica de 3 (três) minutos.

Com a palavra, para sua exposição, e mais uma vez agradecendo a sua presença, a Sra. Sandra Regina Goulart Almeida.

Palavras da Sra. Sandra Regina Goulart Almeida

Bom dia a todos os excelentíssimos senhores e senhoras deputados e deputadas. É um grande prazer estar aqui, de novo, nesta Casa, que tem sido muito parceira da nossa UFMG. Então eu gostaria primeiramente de começar agradecendo, presidente Agostinho Patrus. Sou eu que agradeço, a UFMG é que agradece toda a parceria que nós tivemos, não apenas durante esses anos da minha gestão – acho que, na história da UFMG, nós nunca estivemos tão próximos –, mas principalmente no enfrentamento destes tempos tão difíceis para todos nós. A UFMG tem um acordo de parceria com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que tem sido essencial para que nós pudéssemos atender várias demandas da sociedade mineira. Um desses projetos é o da Telecovid, que atende as pessoas por telefone, não apenas em Belo Horizonte, mas também em algumas cidades do interior de Minas Gerais, para justamente evitar que as pessoas precisem se deslocar para os hospitais. Esse projeto continua em andamento. É um projeto que tem dado resultados excelentes, e nós agradecemos muito.

Também o projeto de escudos faciais, que foi um projeto numa época em que não tínhamos como comprar nem importar, porque não havia escudos faciais suficientes. Nós produzimos na UFMG, e, com a ajuda da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, pudemos distribuir para vários hospitais e trabalhadores da saúde do Estado. E também o de respiradores, num momento em que a gente não conseguia comprar respiradores, porque os preços estavam assombrosos, e a UFMG também construiu e distribuiu aos hospitais que necessitavam nesse momento. Então podem ver que esses equipamentos não faltaram nos hospitais de Minas Gerais, porque nós distribuimos amplamente, com o apoio que recebemos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Muito obrigada, deputado Agostinho Patrus. E também um agradecimento especial à deputada Beatriz Cerqueira, que é presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, que nos convidou para estar aqui e tem sido também muito parceira nossa, em nome da Assembleia. Então os nossos agradecimentos por essa parceria.

Digo que compartilhamos, temos algo em comum. Tanto a Assembleia Legislativa é o lugar do povo, que atende a sociedade mineira, quanto à UFMG. Apesar de ser uma universidade federal, ela está firmemente localizada em Minas Gerais. Então ela atende, justamente, o povo mineiro, e é o que nós procuramos fazer nessa pandemia. Fizemos isso há 100 anos, na pandemia da gripe espanhola, quando nós tínhamos apenas a faculdade de medicina e a transformamos em hospital para atender a população mineira, não só a de Belo Horizonte, e estamos fazendo isso agora também.

A UFMG tem dois campi: um em Belo Horizonte; outro, em Montes Claros, num lugar muito estratégico, que é o único lugar que temos que fazemos testes e distribuimos para os hospitais, em parceria também com os governos locais.

Então, agradeço muito essa parceria da Assembleia. Para mim, é um grande prazer está aqui falando um pouco do pioneirismo da UFMG e, portanto, do Estado de Minas Gerais. Acho que, quando a UFMG aparece, se destaca no cenário nacional é também Minas Gerais.

Vou fazer uma apresentação, já agradecendo os apoios que tivemos desta Casa. A deputada Beatriz Cerqueira já designou uma emenda, também a deputada Laura Serrano, que está aqui conosco, nos deu um apoio substancial de R\$2.000.000,00, que serão essenciais para a produção de uma vacina específica que vou apresentar para os senhores e as senhoras. Também o deputado Bartô vai designar uma emenda. Agradeço à deputada Beatriz Cerqueira por ter também nos recebido e feito uma interação com outros deputados, e à deputada Laura Serrano, que entrou em contato com o deputado Diego Andrade, que fez um requerimento à bancada

mineira na Câmara dos Deputados. Nós fizemos essa apresentação, e os deputados também se comprometeram a colocar uma emenda para essa vacina da UFMG, que está mais à frente, e estamos aguardando. Então, no momento, o apoio que temos é o dessas três deputadas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o que, para nós é muito importante. O resto, temos apoios prometidos, mas ainda não tem nada consolidado.

Devo informar também que o prefeito Kalil me ligou, no domingo, e se comprometeu também a não deixar as pesquisas pararem. Esse é o nosso grande drama. Estamos num momento muito importante, e as pesquisas não podem parar. Se parar, teremos muita dificuldade. Também estamos em interlocução, já conversamos com o governo de Minas, com o vice-governador, que foi conosco ao Ministério de Ciência e Tecnologia, para que a gente possa garantir esses recursos também. Mas, por enquanto, a gente só tem o apoio dos nossos deputados, das duas deputadas e do deputado mineiros, que para nós é muito importante.

Vou falar um pouquinho para vocês um pouco da história UFMG, na busca por essas vacinas.

Pode passar, por favor. Só para você terem ideia desses dados, gosto muito de mostrar, porque as pessoas, quando a gente fala de números – a UFMG precisa de R\$30.000.000,00 para as fases 1 e 2; depois vai precisar de um pouco mais para a fase 3 –, acham que é muito dinheiro. Mas, se compararmos, se vocês olharem o impacto dos valores, do preço da tecnologia importada, que temos pagado por essa importação da vacina, que inclusive está escassa, a gente não consegue ter acesso a ela, e o preço da tecnologia nacional, é estrondosa a diferença. Se olharem, só a vacina pneumocócica, que é a de pneumonia, que tem sido muito importante também numa certa proteção da Covid-19, vocês vão ver a diferença. Se gastamos U\$100,00 por essa importação, pagamos U\$17,00 pelo que é feito aqui, no nosso país. Essa é uma das grandes importâncias que temos ao investir numa vacina que seja nacional. Além de ser uma questão de soberania nacional, para nós, é uma questão de certa forma de responder esses desafios que temos dessa pandemia. No contexto de escassez de vacinas e no contexto também que já sabemos, de que, possivelmente, precisaremos vacinar toda a população, todo ano, por causa das variantes que têm aparecido. Então vamos ter que dar ou uma dose extra ou vamos ter que vacinar todos os anos, como é feito com a gripe. É isso que os cientistas têm dito; por isso é tão importante a gente investir nessa produção de uma vacina que seja 100% de tecnologia brasileira. Quer dizer, ela é desenvolvida aqui; a tecnologia é daqui do Brasil.

Pode passar, por favor. Isso é só para mostrar para vocês o que temos de experiência na UFMG, para dizer que estamos muito bem preparados, no cenário nacional inclusive, para desenvolver essa vacina. Só para os senhores e as senhoras terem ideia, há três vacinas que estão em fase adiantada de desenvolvimento, no cenário nacional: uma delas é da USP Ribeirão Preto, vocês devem ter ouvido falar sobre isso; a outra, é do Butantan, que também já registrou na Anvisa; e a outra, da UFMG. Possivelmente, há uma da UFRJ também, mas a outra é a da UFMG. UFMG e Minas Gerais já estão no cenário de protagonismo nacional.

A UFMG trabalhou nos testes 3 de duas vacinas, e isso é muito importante, porque nós já desenvolvemos a técnica para fazer essa fase 3, que é a última fase. Testes clínicos em pessoas, nós dividimos em fase 1, fase 2 e fase 3. Fases 1 e 2 são fases menores, mas a fase 3 é bem ampla, em que tem que ser vacinado um número grande da população, para observar, justamente, a segurança e a eficácia dessa vacina.

Nós somos o principal centro de testagem do CoronaVac – acho que muitas pessoas não sabem disso. Nessa foto aí, temos o Prof. Mauro Teixeira. Foi uma parceria da UFMG com a Prefeitura de Belo Horizonte, e isso foi feito apenas com trabalhadores da saúde, no Centro de Saúde Jardim Montanhês, perto da UFMG, e fizemos a testagem da CoronaVac.

Fizemos também, mais recentemente, o teste da fase 3 da Johnson & Johnson, que está sendo feito pelo Prof. Jorge Pinto da faculdade de medicina. Então estamos em andamento com isso.

Estamos testando também agora alguns medicamentos que estão sendo usados, os anticorpos monoclonais, que é a última geração de medicamentos. Estão sendo testados também pelo Prof. Jorge Pinto, que fez a mesma testagem da Johnson & Johnson. Então nós temos muita experiência nessa fase, e isso ajuda muito nesse desenvolvimento que estamos fazendo.

Pode passar, por favor. Essa também é uma experiência que vai ter um impacto importantíssimo no desenvolvimento de vacinas, que são os estudos que a UFMG tem feito com relação à detecção das variantes do novo coronavírus. Os senhores e as senhoras devem ter visto nos jornais, nós fizemos um teste rápido, o PCR, que é o padrão ouro da testagem e que identifica as variantes do coronavírus. Então, Minas também está à frente.

Saiu também uma notícia, em todos os jornais, de que identificamos uma variante que se mostra de preocupação, aqui, em Belo Horizonte. Não, necessariamente, foi originada em Belo Horizonte, mas ela foi detectada em Belo Horizonte. Isso está sendo estudado pelos nossos pesquisadores. Então, como podem ver, essa testagem mostra a P1 e a P2, que são as duas mais prevalentes no solo brasileiro.

Então esse conhecimento sobre as variantes é importante também para o desenvolvimento de novas vacinas, porque as novas vacinas terão necessariamente que lidar também com essas variantes e bloqueá-las.

Essa é uma notícia muito recente – não é? –, da semana passada, de que uma nova variante Sars-CoV-2 está circulando em Belo Horizonte. Isso já é confirmado por essa pesquisa da UFMG juntamente com os laboratórios Pardini e outras universidades. Então já foi detectada essa nova chamada de P4. Mas nós ainda não podemos... Ela é muito recente, mas, possivelmente, será uma P4.

E agora falar um pouquinho, na UFMG, da busca pelas vacinas que nós temos feito. É importante destacar que essa busca pelas vacinas é não apenas uma necessidade epidemiológica e social, mas também econômica. O impacto da vacinação, de outras vacinações... A da gripe, por exemplo, tem um impacto enorme no sentido de evitar que as pessoas adoeçam, procurem um centro de saúde ou falem ao trabalho. Então é importantíssimo e, neste momento em que nós ainda estamos enfrentando essa escassez de vacinas, torna-se mais necessário nós desenvolvermos a nossa própria vacina.

É importante destacar que... Muita gente pergunta por que os Estados Unidos têm o excesso de vacinas que têm hoje. É porque eles, em maio de 2020, fizeram uma operação. A operação, não sei se os senhores e as senhoras conhecem, chamou-se operação Warp Speed. Foi uma operação que injetou US\$18,000,000,000.00 para que os Estados Unidos tivessem toda a cadeia de produção de vacinas no próprio país. Isso, claro, além de todo o investimento histórico em ciência, tecnologia e inovação, fez com que os Estados Unidos tivessem toda a cadeia produtiva dentro do país. Quer dizer, eles puderam produzir e, hoje em dia, eles têm o excesso de vacina, digamos assim, o excedente de vacina. Eles estão distribuindo para alguns países, muito em função dessa produção que foi desenvolvida lá atrás, no próprio país. Então isso é uma necessidade que nós temos para o nosso país também. Nós temos a capacidade instalada, é importante, e nós necessitamos dessas vacinas. Vocês podem perguntar: “Então é tarde para o Brasil fazer isso?”. Não é tarde; não é tarde, pelas questões que nós já apontamos. Nós ainda estamos muito dependentes dos insumos, dos IFAs e das vacinas do exterior também. E, nesse cenário esperado, que já é praticamente concreto, de que nós vamos ter que vacinar todo ano e dar outras doses àquelas pessoas que já receberam vacinas, nós temos que ter a nossa própria vacina, para que nós possamos garantir a vacinação de toda a população, porque depender desses insumos importados ficará cada vez mais difícil. Está o mundo todo competindo por essas vacinas.

Esse aqui é um pequeno histórico do desenvolvimento de vacinas na UFMG. Não é apenas a UFMG. A UFMG tem parcerias com várias instituições – isso é algo também que já está muito forte. Nós temos que fazer uma cooperação em nível nacional e internacional para o desenvolvimento da ciência e dessas vacinas. A UFMG desenvolve, então, com diferentes parceiras sete vacinas, candidatas vacinais. Nós chamamos de candidatas vacinais. São pesquisas que estão sendo feitas desde março do ano passado. Então, logo que começou a se estudar, a UFMG e seus pesquisadores desenvolveram essas possibilidades. A que está mais adiantada é essa quarta da esquerda para a direita, que se chama quimera proteica, que é um tipo – não é o nome –, é o tipo da vacina. “Quimera” é um termo mitológico, é aquela figura mítica caracterizada por uma aparência híbrida. Então, justamente, ela é “quimera” porque tem vários elementos de proteínas que se combinam para formar essa vacina. Então a vacina intramuscular é uma alteração genética da bactéria E. coli, que a torna capaz que produzir duas outras proteínas – por isso ela é chamada de quimera. Então se espera

que ela crie anticorpos e também células T de proteção contra a Covid-19. A grande vantagem dela é o baixo custo, porque é uma vacina que nós já sabemos produzir, temos experiência em produzir. É o que os nossos pesquisadores gostam de chamar de vacina de raiz, quer dizer, elas têm essa característica, é uma vacina tradicional, fácil de ser produzida e de rapidez de produção. É por isso também que ela já está em fase mais adiantada.

Aqui diz que nós estamos nos ensaios com camundongos, mas eu tenho uma ótima notícia para dar, de ontem. Uma notícia de ontem. Ontem nós começamos os ensaios com os primatas. É a única das vacinas que está realizando ensaios com primatas. Nenhuma outra começou a fazer ensaios com primatas, e o resultado é muito bom, como eu vou mostrar daqui a pouco.

Então essa é a vacina que já está mais adiantada, ela já recebeu... Como chegamos até aqui? Nós só chegamos até aqui por duas razões: primeiro, porque nós temos um Centro de Tecnologia de Vacinas da UFMG em parceria com a Fiocruz, que está localizado estrategicamente no Parque Tecnológico de Belo Horizonte. O Parque Tecnológico de Belo Horizonte é uma parceria entre a UFMG, o governo do Estado de Minas Gerais e também o Município de Belo Horizonte, e com a Fhieg, Sebrae, várias outras instituições. A essa parceria nós chamamos tríplex hélice, que é a parceria da academia com o poder público e as empresas. Então é muito estratégica a localização do CT Vacinas; é um centro de tecnologia de vacinas que já está em desenvolvimento há 20 anos. Então o CT Vacinas é responsável por cinco dessas sete candidatas vacinais. As outras duas são candidatas vacinais desenvolvidas no Instituto de Ciências Biológicas da UFMG.

Uma outra também com potencial muito bom é essa segunda aí, da esquerda para direita, que é uma combinação da vacina da influenza com a Covid-19. Essa seria intranasal. É uma parceria também com a USP, com a Fiocruz. Essa também possivelmente será a segunda que estará em estágio avançado. Elas têm características muito diferentes e complementares – isso é muito importante destacar. Uma é nasal, e a outra é intramuscular. Mas nós estamos trabalhando agora, para garantir esse avanço dessa vacina, candidata vacinal, é com essa que tem a característica de ser uma quimera proteica.

Então esse slide é só para falar para vocês um pouquinho desse Centro de Tecnologia de Vacinas da UFMG, o que é e o que tem de experiência. Quem trabalha na área de produção animal – eu estou vendo aqui que a gente tem pessoas que conhecem, como o deputado Coronel Henrique, que é formado pela nossa universidade – deve conhecer muito bem a Leish-Tec, que é a vacina contra a leishmaniose canina visceral, que foi produzida por pesquisador da UFMG, do CT Vacinas da UFMG. Então é uma vacina que... Claro, o que a UFMG faz? A UFMG faz a pesquisa, desenvolve, testa, mas depois tem que entregar ou para uma empresa ou para uma entidade de pesquisa pública, como é, por exemplo, a Funed. É como aconteceu também com a vacina da Oxford-AztraZeneca. Por que a Universidade de Oxford? Ela desenvolveu, criou, patenteou, testou, mas depois entregou para a AztraZeneca, para produzir em larga escala. A UFMG não é uma fábrica, não tem esse potencial. Então a gente tem que fazer essa parceria.

No caso da leishmaniose canina, essa parceria foi feita com a Hertape, que é uma empresa mineira, hoje foi até vendida, mas é uma empresa mineira que produziu a Leish-Tech, vacina mineira produzida na UFMG. É a única autorizada pelo Mapa, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aqui do Brasil, e é distribuída para todo o País. Então a gente já tem essa experiência. Vou dar só um exemplo para vocês – já dei esse exemplo neste Plenário, quando falava justamente dessa vacina: ela é campeã em retorno financeiro para a UFMG. A universidade ganha royalties por ter desenvolvido e patenteado essa vacina. Eu digo sempre: quando a UFMG ganha R\$1,00, o Estado de Minas ganha R\$30,00. Então, quer dizer, é muito importante para nós essa parceria. E o CT Vacinas também desenvolveu testes e tem feito um trabalho muito importante.

Só para terminar, porque eu escutei o sinal, vou apresentar o último slide e ficarei à disposição dos senhores e das senhoras deputadas. Essa é a vacina que a gente está nesse momento precisando de recursos para desenvolver, e como eu disse é uma vacina de proteína que nem era recombinante. O nome dela possivelmente será Spintec – nós ainda não fechamos, mas possivelmente será esse. A linha do tempo já está um pouquinho mais adiantada. Como eu mencionei, ela tem 100% de eficácia, o que é impressionante, esse dado é impressionante. Os testes em camundongos demonstraram que ela protege 100%. O que isso quer dizer? Não é que protege

apenas nos casos graves, protege 100%. Todos os camundongos que receberam a vacina e foram infectados com o vírus não desenvolveram a doença. Esse é um dado extremamente relevante para nós. Agora, com primatas, é claro que isso pode não se transpor, mas é a nossa expectativa. Então, essa é a nossa linha do tempo. As testagens com primatas estão sendo feitas, nós estamos produzindo agora um lote-piloto que vai testar a segurança e a eficácia para a aprovação da Anvisa, para que nós possamos ainda este ano – por isso nós precisamos de recursos este ano – começar as fases 1 e 2, que são as fases de segurança, e a gente possa em 2022 já ter essa vacina para a produção industrial. Nós já estamos em contato com a Funed e com o governo de Minas Gerais para que a fundação possa fazer essa produção industrial, já que ela tem expertise para fazer isso. Ela já produz a vacina de meningite e poderia fazer isso também. Nós já estamos... Vamos assinar um acordo de confidencialidade.

Portanto, era isso que eu queria apresentar. Mais uma vez agradeço todo o apoio da Assembleia Legislativa. Estou à disposição para responder qualquer dúvida que possa haver. Eu não sou da área, mas digo que reitor tem de saber um pouco de tudo, não é? E eu já aprendi muito com os nossos pesquisadores.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

Palavras do Presidente

Muito obrigado, reitora Sandra Regina Goulart Almeida, pela importante exposição e por essa grande esperança que a UFMG traz a todos os mineiros, com a possibilidade de termos uma tecnologia barata, desenvolvida nacionalmente e com uma eficácia até agora impressionante. Nós esperamos que se mantenha também nos primatas, nos seres humanos e que consigamos ter uma vacina 100% mineira e de extrema qualidade. Eu quero informar-lhe que após uma reunião com vários parlamentares a Assembleia de Minas vai também participar dessa parceria. Nós já somos parceiros desde o ano passado em importantes iniciativas. Começamos no ano passado apoiando a questão do coronavírus juntamente com a UFMG. Vamos também ter nos próximos dias a discussão na Casa do acordo firmado entre a Vale do Rio Doce e o governo de Minas. E nós vamos incluir, dentre as obrigações que a Vale terá que cumprir, o repasse dos valores necessários para o desenvolvimento e a produção dessa vacina. Nós, que vivemos, há um ano e pouco, há dois anos, essa tragédia da Vale do Rio Doce, esperamos que aquelas mortes que aconteceram não sejam em vão e que elas possam agora trazer possibilidades de vida, possibilidades de continuidade de vida para as pessoas, para os mineiros. Por isso eu tenho a certeza de que muitos dos itens colocados no acordo são muito menos relevantes do que o desenvolvimento de uma vacina em Minas Gerais – e num momento tão relevante como esse. Então, tenha a certeza de que a UFMG terá ainda este ano os recursos porque vamos não só incluí-los nesse acordo com a Vale do Rio Doce, como também vamos reduzir ações que nos parecem pouco efetivas, que nos parecem também pouco importantes no momento em que vivemos ou que nos parecem de menor relevância; se a UFMG precisar, como tenho ouvido, dos R\$30.000.000,00, a Assembleia vai colocá-los nesse acordo com a Vale e exigir que seja feito o repasse ainda este ano para que os estudos permaneçam e não haja nenhuma descontinuidade. Nós sabemos que os deputados federais já sinalizaram nesse sentido; outros parceiros também podem se agregar a essa causa; mas a Assembleia, assim como fez no ano passado, vai também este ano disponibilizar os recursos para a UFMG. E aí vamos, já a partir de amanhã, juntar as equipes técnicas da Assembleia com as equipes técnicas da UFMG, para que possamos fazer essa emenda ao acordo com a Vale. Eu quero pedir que ele seja assinado pelos 77 deputados desta Casa, como temos feito em relação a vários temas. Eu tenho certeza de que a busca pela vacina é um tema que une os 77 deputados da Assembleia; que já se uniram no ano passado, no acordo que fizemos com a UFMG; que já se uniram na utilização das emendas parlamentares: cerca de R\$300.000.000,00 foram destinados ao combate à Covid em Minas Gerais. Além disso houve a redução das despesas e a devolução de R\$80.000.000,00 ao governo do Estado através das economias feitas pelos parlamentares, pelos servidores, e eles também foram voltados para o combate ao coronavírus, a busca da melhoria da infraestrutura hospitalar para que a mineira e o mineiro possam ser bem atendidos. E também, na semana passada, os deputados abriram mão da indicação de suas emendas para indicar R\$33.000.000,00 também para o reforço nesse momento tão crítico por que nós estamos passando, com falta de leitos, com falta de UTIs para o atendimento das pessoas. Tenha a certeza, reitora, de que

nós acreditamos na UFMG; acreditamos nos seus pesquisadores; acreditamos na força da inteligência dos mineiros e sabemos a importância da ciência num momento tão relevante como esse.

Eu espero que nós possamos, de acordo com o cronograma que a senhora apresentou aqui, em 2022, unidos, anunciar a vacina mineira para o enfrentamento do coronavírus e, se Deus quiser, com eficácia de 100% – senão muito próximo a isso –, porque isso vai trazer vida aos mineiros. Então, esse é um compromisso desta Casa com a alocação dos recursos da Vale do Rio Doce. Faremos uma emenda para todos aqueles deputados que conosco quiserem assinar, e eu tenho certeza de que teremos um grande número deles. Hoje a busca da vacina é que faz a diminuição do sofrimento, a volta das atividades econômicas, a manutenção do emprego e também a diminuição da fome. Hoje foi divulgado nos jornais um estudo também muito relevante. Quero cumprimentá-la e a sua equipe pelo estudo feito da fome no nosso país, o que nos deixa extremamente preocupados. A UFMG mostra que há hoje milhares de pessoas passando fome, não só em Minas Gerais como também em todo o Brasil. Por isso a busca por essa vacina é fundamental: para que nós possamos renovar as nossas expectativas e levar adiante as nossas vidas. Muito obrigado pela sua exposição.

Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Beatriz Cerqueira.

Palavras da deputada Beatriz Cerqueira

Bom dia, presidente Agostinho; bom dia aos colegas parlamentares; bom dia à nossa magnífica reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, a nossa UFMG, Prof. Sandra Regina. Quero primeiro agradecer-lhe, presidente, pela possibilidade de estarmos neste Plenário virtual fazendo uma reunião de esperança e quero agradecer à reitora por todo trabalho que a UFMG tem desenvolvido sem desistir. Nós temos nos encontrado virtualmente em várias atividades, e acho que a Assembleia cumpre um papel protagonista no enfrentamento à pandemia no nosso estado, um exemplo a ser seguido por muitos. É uma reunião de esperança porque nós temos a notícia de que a morte de pacientes de 20 a 29 anos por Covid cresceu 176%; nas últimas 24 horas, houve 3.808 novas mortes por Covid-19; em Minas Gerais, 484 mineiros e mineiras perderam a vida. Nós já estamos chegando a quase 30 mil mineiros e mineiras. As pessoas estão morrendo de uma doença para a qual há vacina, e aí é fundamental que nós possamos focar naquilo que é importante para a vida da população. O debate que a magnífica reitora traz é um debate da vida, é um debate da soberania e de haver uma vacina mineira.

Colegas parlamentares, reitora, nosso presidente, quero dizer, nesses minutos que tenho, como a nossa comissão neste último período contribuiu para que Minas Gerais pudesse ter o foco correto no debate em relação à ciência, pesquisa e tecnologia. Em 2019, a magnífica reitora participou do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Ciência, aqui na nossa Assembleia Legislativa. Nós iniciamos um fórum técnico para a construção do Plano Estadual de Ciência, Pesquisa, Tecnologia e Inovação no Estado de Minas Gerais. Nós estamos na luta em defesa da Fapemig porque não adianta bater palma para a pesquisa se a nossa Fapemig estiver sucateada; e não há ainda a execução do orçamento de 1% anual para a pesquisa no Estado de Minas Gerais. Em 2020, nós ficamos em cerca de 20%, mas conseguimos aprovar no Orçamento do Estado a autorização para que o governo retire das renúncias de receita que ele pratica o recurso necessário para chegarmos a 1% para o investimento na nossa Fapemig. Criamos durante a pandemia um coletivo – nós participamos da coordenação – de pesquisadores, lideranças, que é uma inteligência coletiva relacionada à ciência. Fizemos a defesa da Escola de Saúde Pública da Fundação Ezequiel Dias, e está aprovada na comissão uma homenagem à nossa UFMG. Esse trabalho que foi desenvolvido no primeiro biênio, eu como presidenta da Comissão de Educação... Mas, como ninguém faz nada sozinho na Assembleia, tivemos o Prof. Betão, vice-presidente da comissão, o deputado Professor Cleiton, o deputado Coronel Sandro, o deputado Bartô; e esta comissão fez da ciência, pesquisa e tecnologia uma das suas prioridades no debate na nossa Assembleia Legislativa.

Apresentei recentemente – e já encaminhei à nossa reitora – um requerimento para que o governo do Estado aporte recursos. Nós estamos fazendo uma discussão da vacina como direito e, portanto, como política pública e como fortalecimento do

SUS. É impensável transformar esse direito e transformar tudo que nós acumulamos em relação ao Sistema Único de Saúde em mercadoria de modo que quem tem dinheiro pague a sua vacina em detrimento do conjunto da população. Exatamente por isso, contra a ideia do fura-fila, há uma CPI hoje na Assembleia Legislativa. A vacina é direito, não é mercadoria e, portanto, é fundamental, é necessário, é dever do governo Romeu Zema fazer investimento na vacina mineira, porque nós estamos – repito – com quase 500 mortes por dia provocadas por uma doença para a qual já existe a vacina – e já é possível que tenhamos uma vacina mineira. Esse requerimento já foi apresentado à Mesa diretora da Assembleia Legislativa exatamente para que nós possamos ter a vacina da UFMG como uma política pública.

Nosso trabalho parlamentar... Estou destinando, Sandra, todo o recurso que posso destinar agora e que nós podemos indicar; então, no meu caso, serão R\$1.000.000,00 para o investimento na vacina. É uma pequena contribuição; na verdade, é mais um gesto político de dizer aquilo que é prioridade no Orçamento. O que nós precisamos, de fato, é esse protagonismo que a Assembleia Legislativa está tendo por meio do seu presidente e dizer: “Olha, sem recursos essa vacina não ficará”. E, de fato, o governo do Estado precisa se movimentar de modo que nós possamos não só ter ações que sejam sempre reativas, mas também ter ações que previnam e se antecipem. Essa vacina é motivo de grande esperança e de grande orgulho.

Eu quero terminar as minhas considerações fazendo exatamente o registro do que tem amparado a população. Quem tem feito as pesquisas nos dizendo das mutações do vírus? Quem tem atendido à população? Quem tem produzido pesquisa e desenvolvido possibilidades de vacina – no caso da UFMG, sete – é o serviço público; é o setor público quem tem amparado a população e é esse setor, é o serviço público, que nós, como Parlamento, precisamos proteger. Então, é sem PEC nº 32, que está no Congresso, é sem reforma administrativa, é sem depreciar o servidor público, é sem jogar nas costas do servidor público uma conta relacionada à gestão do Estado que não é de responsabilidade dele.

Nós precisamos tirar lições dessa pandemia. Quais são as lições que já estão aí estampadas? É a universidade quem está nos trazendo respostas, é a nossa UFMG, são as instituições públicas de pesquisa que estão nos ajudando e nos amparando. Por isso precisamos do fortalecimento da Funed e não da sua modificação; por isso a importância da Fiocruz no nosso país. É o serviço público, da unidade básica de saúde ao hospital, que tem feito o atendimento à população – permitam-me um parêntese –, com o esgotamento dos trabalhadores da saúde, que estão adoecidos, que estão exaustos pelo trabalho que estão desenvolvendo sem valorização pelo poder público.

Então, este é um dos poucos momentos de esperança, de alegria de estar neste Plenário virtual, de ouvir a Profa. Sandra e de ver a atuação da Assembleia protagonizada pelo nosso presidente. Porque é isso, não é? Em momentos de crise nós precisamos de lideranças. Nós não precisamos de quem diga “faça sua parte”, como eu vi no material do governo Zema. O governo tem que fazer a parte dele, porque nós estamos fazendo a nossa, o povo já está há mais de um ano no enfrentamento a essa pandemia.

Então, nessa live, que é de esperança, presidente, na verdade não tenho nenhuma pergunta. Eu queria era registrar a satisfação, o orgulho de ter a UFMG nas nossas vidas e no nosso estado, e de, como presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, junto com os meus colegas – porque ninguém faz nada sozinho no Parlamento –, na mesma comissão, termos focado na ciência, na pesquisa durante os nossos dois primeiros anos. Isso mostrou que nós estávamos certos, mostrou que a tática era correta de entender que a ciência é que vai nos dar a resposta a essa pandemia. Então, nós apostamos na ciência, nós acreditamos na ciência, nós acreditamos na UFMG e acho que esse é um caminho fundamental de defesa do serviço público.

Quero também aproveitar a oportunidade para cumprimentar a professora, a pesquisadora – não é, Sandra? – Ana Paula, que é professora de Faculdade de Farmácia, que ganhou o prêmio Mulheres Brasileiras que Fazem a Diferença exatamente pelo seu trabalho no diagnóstico da Covid-19. Permita-me uma última consideração: a importância das mulheres na ciência. A importância de haver mulheres dirigindo universidade; a importância das mulheres na pesquisa; a importância das mulheres na ciência.

Então, parabéns à nossa UFMG. Contem com o nosso trabalho, contem com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para continuar fortalecendo a ciência, lutando pela Fapemig, para que o SUS permaneça sendo o SUS, para que a vacina permaneça sendo um direito e não uma mercadoria, e pelo fortalecimento da nossa ciência no Estado. Parabéns, Sandra. Obrigada, presidente Agostinho Patrus.

Debates

O presidente – Quando V. Exa. se refere aos recursos estaduais, eu quero dizer que no final do ano faremos a discussão e a votação da lei orçamentária do orçamento para 2022 e, com certeza, os recursos para a continuidade do desenvolvimento desta vacina estarão lá alocados no orçamento estadual para o próximo ano. Essa é uma prioridade para Minas Gerais; essa é uma prioridade para qualquer um que esteja à frente de um determinado cargo ou à frente de gerir um determinado estado, município ou mesmo um país. Salvar as vidas; levar esperança às pessoas; dar oportunidade para que os filhos, os netos, os amigos possam novamente se reencontrar; que as atividades possam voltar; que os empregos sejam retomados; que os mineiros não tenham que enfrentar a fome, como estão enfrentando, e não tenham que enfrentar a falta de leitos, como estão enfrentando nesse momento.

Quero passar a palavra agora à nossa reitora, Sandra Regina, para as suas considerações.

A Sra. Sandra Regina Goulart Almeida – Muito obrigada, presidente Agostinho, por essa excelente notícia. Obrigada, deputada Beatriz Cerqueira, também por todo apoio. É imprescindível esse apoio que nós estamos recebendo.

Eu tenho dito e as pessoas me perguntam: "De quanto é que você precisa?". Este ano eu preciso de R\$30.000.000,00 para as fases 1 e 2, mas, logo no início de 2022, nós vamos precisar de mais recursos para a fase 3. Então, essas emendas que a deputada Laura Serrano, a deputada Beatriz Cerqueira e também o deputado Bartô estão designando e que a Assembleia está designando vão ser essenciais. Nós chegamos ao ponto em que não podemos parar. A gente está levando a pesquisa com alguns recursos do MCTI, com alguns recursos do CNPq e também da Fapemig. Não está escrito lá Fapemig, mas ela teve participação em todas essas pesquisas. Eu sou do conselho curador da Fapemig e reitero a importância de haver uma fundação de apoio sólida e que receba recursos, porque é a base da pesquisa em Minas Gerais. Minas é o estado da confederação com mais universidades públicas e institutos de pesquisa. Quer dizer, isso é um patrimônio para Minas. Minas já sairia à frente por receber esses aportes para pesquisa que recebe do governo federal. Isso para nós é muito importante. Então, todo apoio será imprescindível no desenvolvimento dessa vacina.

Nós estamos trabalhando as fases 1 e 2 este ano, então nós precisamos desses R\$30.000.000,00. Nós fomos com o vice-governador ao MCTI, mas o MCTI também está dependendo da liberação de recursos do governo federal. Então, é importante. Nosso grande medo é ter que parar essa pesquisa no meio do caminho. E, logo no início de 2022, nós vamos iniciar a fase 3, de que nós ainda não sabemos qual seria o custo específico. Fazendo aqui em Minas, com a expertise que nós temos, possivelmente o orçamento será um pouco menor do que está sendo estimado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, mas nós vamos precisar.

Eu gostaria de trazer para os senhores também um outro projeto que é da UFMG, mas que é um projeto nacional. Saiu ontem, às 16h30m, a Academia Brasileira de Ciências lançou um documento que, se me permite, presidente, eu vou repassar para o senhor para que seja repassado para todos os deputados. É um documento imprescindível sobre o desenvolvimento de vacinas no Brasil. E esse documento fala algo que eu já havia dito. Comentei inclusive com a deputada Laura Serrano, que esse é o nosso projeto, já era o nosso projeto. Nós temos um projeto de tornar o CT Vacinas, que é da UFMG, mas que tem parceria com a Fiocruz e com outros e que está localizado no BH-TEC, como Centro Nacional de Tecnologia de Vacinas. Esse já era o nosso desejo; a gente já pensava nisso.

Hoje o CT Vacinas funciona... Era uma salinha pequena no BH-TEC. Eu estou alugando mais duas salinhas, mas nós precisamos fazer uma estrutura de um centro para Minas ter esse papel protagonista. E a ABC fala isso, a importância de haver centros nacionais de tecnologia de vacinas, exatamente nos moldes que nós estamos planejando. A sensação que eu tive foi que eles

pegaram a proposta da UFMG e colocaram para o Brasil inteiro. Mas nós temos que trazer isso para Minas Gerais; nós precisamos trazer isso para Minas Gerais. Isso foi algo que nós conversamos também com o vice-governador e eu apresentei para a bancada mineira. Os mineiros têm que garantir esse centro nacional de vacinas. Pode ser que existam outros centros, mas que um deles seja aqui em Minas Gerais porque nós temos a capacidade instalada de pesquisa na UFMG, temos a Funed, que pode escalonar e produzir essa vacina, e outras possibilidades também. Nós temos todo o potencial aqui em Minas para desenvolver isso.

A questão das vacinas para humanos ficou nos últimos anos centralizada entre Fiocruz, principalmente na fábrica de Bio-Manguinhos, no Rio de Janeiro, ou no Butantan, em São Paulo. Minas pode sair à frente e a UFMG pode contribuir, mas nós precisamos não apenas desse apoio, mas pensar no futuro. O problema agora é a vacina, mas nós temos um problema também que temos que pensar em longo prazo porque nós vamos precisar de vacinas para outras enfermidades que surgirão, possivelmente, no futuro, e Minas tem um papel importantíssimo e a UFMG pode ajudar a construir esse centro para Minas Gerais. A UFMG contribui, mas é um centro para Minas Gerais, o centro nacional de tecnologia de vacinas.

O presidente – Vamos passar agora a palavra aos parlamentares inscritos para as suas considerações e questionamentos, pelo prazo de 5 minutos. Passaremos a palavra agora à deputada Laura Serrano, para as suas considerações e questionamentos.

A deputada Laura Serrano – Bom dia, presidente. Bom dia, reitora Sandra. Bom dia a todos os colegas parlamentares. Primeiro quero dizer que é uma grande alegria, uma grande satisfação essa reunião hoje para poder trazer mais informações para todos os parlamentares sobre essa que é a nossa promissora vacina mineira. É com muita satisfação, inclusive, que eu tenho acompanhado toda essa discussão e as informações já há algumas semanas; tenho estado em contato com a reitora, com os pesquisadores. Parabenizo imensamente a equipe de pesquisadores da UFMG, não só a do tipo quimera proteica, que é a que a gente tem hoje em estágio mais avançado, mas das sete vacinas que estão sendo... As sete plataformas propostas pela nossa universidade.

De fato, a gente sabe que é um trabalho hercúleo, minucioso e cujo objetivo é gerar resultado para a população. Eu acho que isso é o que transcende para além de qualquer questão de protagonismo político; é a necessidade de gerar resultado para a população. Eu acho que isso é superimportante, é o que me move, é o que me fez procurar alternativas nesse momento de solução. A gente passa pelo período mais crítico da pandemia hoje aqui no Estado; estamos atravessando a onda roxa e é importante que a gente amplie os horizontes. Além de atuar, claro, nas ações emergenciais, que são fundamentais, de atendimento aos pacientes atualmente, é preciso que a gente tenha foco também na causa, propor soluções e trabalhar para encontrar soluções.

Então, é com muita alegria e muita satisfação que eu vejo esse movimento da Assembleia de Minas de apoio à pesquisa da UFMG, à nossa vacina mineira, que está com o nome em desenvolvimento, não é, reitora? Eu vi que já há algumas ideias aí, provavelmente vai ser a Spintec. Independentemente do nome, o importante é a promessa que existe de resultados e com expectativas muito otimistas. Hoje os testes mostram em camundongos que há 100% de eficácia, já caminhando com os testes nos primatas, que inclusive é uma exigência da Anvisa. Então, fico muito satisfeita realmente de poder estar participando de todo esse processo, de poder estar buscando solução e, em conjunto, de forma unida, que a gente tenha buscado também essa parte importante que é a de financiamento de recursos para permitir que a pesquisa continue e que a gente, de fato, gere resultados que a nossa população mineira merece.

Eu fiz a destinação de emenda parlamentar individual de R\$2.000.000,00. Sei que esse recurso, apesar de significativo, é pequeno perto da necessidade que existe hoje. A previsão é de R\$30.000.000,00 para as fases 1 e 2. A gente ainda precisa da fase de testes clínicos, a fase 3, que também é extremamente importante, prevista para o próximo ano. Então, todos os esforços nesse sentido de financiamento da vacina mineira e de apoio são fundamentais. Agradeço ao presidente da Casa, da Assembleia, por toda essa movimentação e esse apoio proativo para que a gente gere resultados para a nossa vacina mineira. Acho que isso é fundamental. E a divulgação: acho que até poucas semanas atrás não havia, talvez, tanta movimentação acerca da nossa vacina mineira, apesar de ela já vir sendo desenvolvida há vários meses. Então, poder participar também desse processo de divulgar as iniciativas da pesquisa, da

ciência, trazer mais pessoas para junto desse projeto que é tão importante. Eu agradeço aqui a todos os parlamentares que têm se mostrado muito sensíveis, aos parlamentares da Assembleia, aos nossos parlamentares na bancada mineira no Congresso, com a responsabilidade que a gente tem de, de fato, focar no resultado, entregar resultado para a população.

Para finalizar, só queria dizer que eu sou uma apaixonada pela educação, pela ciência. Fui pesquisadora – não sei se a gente pode dizer que foi, porque acho que isso fica conosco a vida inteira, não é? Então fiz como parte da minha vida justamente atuar na ciência, atuar na pesquisa, buscar esses resultados por meio da ciência para a população. Então, sou uma entusiasta de que a gente precisa, de fato, cada vez mais apoiar, estimular e dar condições para que as nossas universidades façam essa ponte tão importante entre a ciência, a pesquisa, o desenvolvimento e a aplicação para gerar resultado para a população.

Parabéns mais uma vez, Profa. Sandra. Parabéns a todos os pesquisadores, à Profa. Ana Paula que vem conduzindo aí também, e a todos os pesquisadores envolvidos. Muito obrigada pelo trabalho que vocês vêm fazendo.

O presidente – Obrigado, deputada Laura Serrano. Parabenizo V. Exa. também pelo brilhante trabalho como parlamentar nesta Casa. Vamos passar agora a palavra ao deputado André Quintão, para os seus questionamentos.

O deputado André Quintão – Bom dia, presidente Agostinho Patrus. Bom dia, deputados e deputadas. Cumprimento a Profa. Sandra, reitora da UFMG, universidade em que eu tive a grata satisfação de passar bons anos da minha vida como estudante. Quero cumprimentar a nossa presidenta da Comissão de Educação, a Beatriz, e parabenizá-la pelo seu trabalho, estendendo os cumprimentos aos membros integrantes da Comissão de Educação.

Primeiro, presidente, gostaria que registrasse a consternação, a imensa tristeza pelo falecimento do Diogo, consultor legislativo, 39 anos, uma pessoa muito próxima, muito competente e marido da Marcela Marinho, uma pessoa muito querida também, assessora da Mesa da Assembleia. Hoje, de fato, é um dia em que me sinto muito abalado porque, quando a gente trata da questão das mortes – 350 mil mortes, sendo 28 mil em Minas –, vemos que elas estão muito próximas, não é? São familiares, pessoas amigas do nosso convívio, até da própria Assembleia. Então eu queria deixar aqui o meu abraço para a Marcela e para toda família.

Quero iniciar dizendo que a UFMG é um patrimônio do Brasil e de Minas, é uma universidade que é exemplo, por isso as suas iniciativas podem e devem ser fortalecidas. E, nesse caso, nós estamos falando da pandemia e sabemos que a vacina é o caminho prioritário para enfrentá-la. É evidente que, agora, com esse ritmo lento face à irresponsabilidade dos nossos governos, principalmente o federal, isso faz com que haja um colapso, uma sobrecarga no atendimento. Então é fundamental o atendimento, os hospitais, os leitos de UTI, as enfermarias, o trabalho também de testagem da proteção básica, mas o caminho é a vacina e, óbvio, em um processo de recuperação econômica e recuperação social, porque, na pandemia e no pós-pandemia, os efeitos vão perdurar. Então, é vacina, é rede de proteção social.

Eu queria ser muito objetivo. Nós temos sempre que priorizar, nas políticas públicas, a parceria com a UFMG e aqui isso está muito claro. A exposição da Profa. Sandra foi muito objetiva. Nós temos um processo de financiamento da pesquisa da UFMG e temos que enfrentar isso. Nós temos um curto prazo: agora, este ano, fases 1 e 2; e o prosseguimento da fase 3, no ano que vem. Sem prejuízo das louváveis contribuições já realizadas por parlamentares estaduais e federais, das futuras indicações que nós podemos fazer também, no próximo período de indicação – acho que isso também é importante –, mas nós temos que tratar isso com política pública.

Então nós temos aí um caminho de curto prazo. E o presidente Agostinho Patrus... Eu queria reforçar a sua intervenção, presidente. Existe nesse acordo uma intenção do governo de fazer um estudo, uma pesquisa para criar o Centro Mineiro de Controle de Doenças, de fundir o Hospital Eduardo de Menezes, Escola de Saúde... Eu acho que agora o momento é de fortalecer vacina no curto prazo. Então acho que, no projeto, no acordo da Vale, nós podemos, no curto prazo, buscar equacionar essa necessidade, que a reitora tão bem colocou. Eu queria fortalecer, como líder também do Bloco Democracia e Luta, conversar com os deputados e deputadas, na linha do que o presidente da Assembleia está propondo. Na discussão do orçamento, nós vamos ter a LDO, vamos ter

revisão do plano plurianual e vamos ter a lei orçamentária para 2022. A gente deve incluir isso como política pública sem prejuízo das nossas colaborações individuais.

A segunda e última coisa, presidente, a reitora disse que nós temos como, nessa parceria, criar condições da produção na Funed. Então o nosso outro foco vai ser a Funed. A planta industrial da Funed hoje está preparada para a produção dessa vacina? Porque a Funed é superavitária, só que o recurso vai para o caixa único. Então nós vamos ter que colocar uma lupa na Funed, estudá-la agora e ver suas condições de produção para que, nas leis orçamentárias, a gente dê condições – e até nessa discussão do acordo – para a Funed poder fazer essa produção.

Reitora, a assinatura aí é da confidencialidade, do acordo de confidencialidade, não é mesmo? Só peça ao pessoal lá do governo para não marcar reunião de madrugada, igual fizeram com a Sinovac, lá da China. Eles assinaram o acordo e marcaram a reunião de madrugada e não foi para frente. Mas nós vamos ficar aqui vigilantes para que a Funed tenha essa condição e que a UFMG tenha os recursos.

No mais, reitora, parabéns. Transmita o nosso abraço e o nosso compromisso a todos os integrantes da UFMG. Um grande abraço. Presidente, conte conosco aí. Eu acho que o momento é agora.

O presidente – Obrigado, deputado André Quintão, pelas suas colocações. Eu quero pedir desculpa porque não passei a palavra à reitora Sandra, para ouvir as considerações da deputada Laura Serrano. Se a senhora quiser fazer algumas considerações sobre o que falou a deputada Laura e também o André Quintão, a palavra está à disposição, reitora Sandra.

A Sra. Sandra Regina Goulart Almeida – Obrigada, presidente.

Com relação ao que disse a deputada Laura Serrano, eu só tenho que agradecer esse apoio que veio no momento imprescindível, quando já estávamos muito desesperados sem saber onde conseguir essa verba, porque o MCTI não tinha nos dado o retorno ainda.

Como eu disse, só quero reiterar que todos esses recursos são imprescindíveis para a gente continuar com tranquilidade esse trabalho. Então, agradeço as palavras da deputada que, como ela mesma disse, é ex-aluna da UFMG, bem como o deputado André Quintão.

Eu queria só comentar a questão da Funed. Nós já estamos conversando, há algum tempo, com a Funed. Eu mesma já fiz uma reunião com o presidente da Funed, já conversamos com a equipe, que está em contato para que a Funed possa, quando chegar o movimento de produção, que será em 2022, realizar essa produção industrial. Como eu disse, a Funed tem a capacidade, tem a planta. Então é só questão de ajustar a planta para essa produção. Nós estamos conversando com eles e esperamos que, de fato, possa cumprir. Eu acho que vai ser algo muito importante para Minas Gerais, se conseguirmos desenvolver isto: a parceria da UFMG com a Funed. Mas nós já estamos conversando e a nossa expectativa é de que eles possam assumir essa produção, que seria tão importante para o Estado de Minas Gerais. Acho que era isso, deputado.

O presidente – Com a palavra, para as suas considerações e questionamentos, o deputado Dr. Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, muito bom dia. Bom dia à reitora Sandra, aos colegas deputados, às colegas deputadas e a todo o povo mineiro que nos assiste agora.

Sr. Presidente, é com grande tristeza que a gente recebe a notícia do falecimento do companheiro Diogo, servidor desta Casa. Quero deixar aqui meu abraço à Marcela, também servidora, e a todos os familiares. Parece que eles têm uma filha pequena ainda. Abraço a todos os familiares. É um momento difícil por que todo o País, toda Minas Gerais passa. Quando isso começa a se aproximar mais de servidores que nós conhecemos, de pessoas próximas, na verdade dá mais medo. E o medo, eu acho, é importante; é importante todos terem medo. Não ir para o desespero, mas ter medo é importante.

Colega Sandra, nós estamos agora... Eu atuo na linha de frente aqui no Vale do Jequitinhonha. Eu vejo esta reunião agora, como disse a colega Beatriz, como uma grande esperança. É Minas Gerais cumprindo o seu papel. Temos a Funed, que tem capacidade, que é pioneira também em várias situações na questão da saúde e da produção de medicamentos no Brasil. A UFMG vem fazendo um trabalho belíssimo ao longo da história em Minas Gerais. Não está fácil. Não é fácil ver pessoas morrerem a cada dia. Quando vejo os negacionistas falarem, fico pensando se eles já viram uma pessoa agonizar, uma pessoa ficar sem oxigênio. Eu tenho relatos no meu celular, que recebo a cada dia, de filhos, de pais, de mães, de parentes das pessoas que me mandam, que fazem chamada de vídeo com os nossos pacientes. É cada relato que a gente tem! Cada pessoa não é simplesmente um número, tem história. E tudo isso mexe com a gente, porque nós somos humanos. Tudo isso abala, e não está sendo fácil. A cada dia se torna mais difícil ver pessoas novas, ver pais perdendo filhos; esposos, esposas perdendo a sua pessoa amada. A cada dia que entro naquele CTI e morre um é como se fosse um pedaço da gente.

Por isso eu fico feliz com esta reunião; feliz, Sr. Presidente. Ainda no ano passado, nós tivemos reunião com a Universidade Federal de Minas Gerais. A reitora esteve presente. Eu disse e repito: é sempre bom ver representantes do saber, das ciências, das universidades, das universidades sobretudo públicas aí nesta Casa. Eu quero parabenizar, Sr. Presidente, Agostinho Patrus, quero parabenizar e dizer, mais uma vez, da satisfação de ser parlamentar nesta Casa, de estar à Mesa ao lado de V. Exa. Sei que muitos falam isso, mas é muito interessante ver esta Casa, no momento de negacionismo, abrir as portas para o saber. O saber é muito importante. Ouvir a ciência, ouvir a educação, ouvir os servidores públicos é muito importante. Por isso, fico feliz. Disse isso algumas vezes para a reitora, em muitos momentos em que eu a vi presente aí na Casa do povo mineiro, na Assembleia Legislativa. Então quero parabenizá-los.

Sr. Presidente, a sua mãe, que era também muito próxima ao saber, também veio da universidade, então talvez o senhor saiba a importância disso. E a esposa é profissional de saúde, talvez saiba a importância disso tudo. A minha fala era para dizer: reitora, conte conosco e parabéns pelo trabalho belíssimo. Parabéns à Assembleia Legislativa num momento tão fundamental. A gente vê, a cada dia, colegas negacionistas, políticos negacionistas se afastarem da ciência. Dói em nós a gente ver, até neste momento, usarem as fake news. A cada dia, querem dizer que não estão acontecendo mortes. Olha, eu estou dentro de um CTI. Eu estou vendo as pessoas morrerem. Eu estou vendo as pessoas agonizarem. É muito triste. Eu trabalho na área de saúde desde os 14 anos de idade, mas ainda costumo dizer, reitora, que ainda não me acostumei com a morte. Pessoas, crianças vieram ao mundo para virarem adolescentes, que vieram ao mundo para virarem jovens, que vieram ao mundo para virarem adultos, que vieram ao mundo para virarem idosos, para estarem na terceira idade. Então, a cada dia, fica mais difícil me acostumar a essa situação, vendo morrer mais gente, batendo tristes recordes. Por isso, a minha fala é para dizer parabéns à universidade, parabéns aos amantes do saber e parabéns ao senhor, presidente Agostinho Patrus, que está, cada dia mais, fazendo avançar esta Casa, se aliando a quem realmente pode ajudar a combater esta triste realidade. Um grande abraço a todas e a todos.

O presidente – Muito obrigado, deputado Doutor Jean Freire; agradeço também a V. Exa. pelo importante trabalho que faz conosco na Mesa diretora desta Casa. Passo a palavra à reitora Sandra, para suas considerações.

A Sra. Sandra Regina Goulart Almeida – Muito obrigada, deputado Jean Freire, que tem um papel muito importante num espaço também que nós temos, a nossa UFMG; nós temos o campus em Montes Claros, que teve um papel também muito importante no enfrentamento à pandemia. Nós estamos sempre... Eu digo que essa é a nossa missão: atender à sociedade junto com o povo mineiro.

Só resalto uma lembrança aqui, muito importante, que o senhor fez, que é a mãe do nosso presidente, a professora Orcanda Patrus. Ela foi professora da nossa Faculdade de Medicina e a primeira mulher a receber o título de professora titular. Para nós, isso é um grande orgulho. Tenho certeza de que ela se orgulha muito do trabalho do presidente Agostinho Patrus, aqui em parceria com a nossa universidade. Como eu disse, na sua história, a UFMG nunca esteve tão próxima do nosso Parlamento, da nossa Assembleia.

Isso, para nós, é muito importante. Então nossos agradecimentos ao deputado, ao presidente Agostinho Patrus. Nós o consideramos como sendo filho desta casa também, da UFMG, pela herança que traz da sua saudosa mãe. Muito obrigada, presidente.

O presidente – Muito obrigado, reitora, pela lembrança da minha mãe, que tinha muito orgulho, muita honra de participar dos quadros da UFMG como professora. Deu também uma contribuição, dentro das suas possibilidades, importante para a saúde em Minas Gerais.

Com a palavra, para os seus questionamentos e considerações, o também médico deputado Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta – Obrigado, presidente Agostinho. Quero cumprimentá-lo e cumprimentar a Sra. Sandra Regina, que é a nossa reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, pela exibição do trabalho, por esse conhecimento que hoje nos dá a respeito da participação da UFMG nesse processo.

Eu fiquei muito, mas muito feliz, muito entusiasmado com o anúncio de que a nossa universidade federal deixou de ser uma simples participante para poder ser uma protagonista deste momento tão importante para nós. Eu sei que a UFMG participou das etapas, dos testes de outras vacinas de outros países, que estão sendo aplicadas, mas a UFMG nos apresenta hoje uma possibilidade. Eu entendo que a concepção de uma vacina dessa é algo muito complexo, mas também sei que a UFMG tem um know-how com os seus cientistas, com os seus pesquisadores de poder propor, de poder ousar. A UFMG está ousando em propor uma vacina realmente – aqui sim – 100% brasileira com toda a tecnologia e mostrando resultados excepcionais até então. Eu fico muito feliz com isso.

E fico também muito feliz, presidente Agostinho, com a sua proposta. Olhem bem! Nós estamos participando da história. A Assembleia de Minas não está simplesmente repassando recursos como foi feito até então. A Assembleia participou, só na sua gestão, com quase R\$200.000.000,00 de sobras da Assembleia e com muito mais do que isso em recursos de emendas para o combate à Covid. O senhor está participando da história nesse trabalho que nós vamos fazer de discutir os recursos da Vale e trazer para Minas Gerais uma contribuição importante e retirar uma pequeninha, uma pequena parte dos recursos, do montante dos recursos, que dá menos de 1% dos recursos da Vale, e repassar isso para a nossa universidade, para que tenhamos uma vacina. As pessoas têm que imaginar a grandiosidade de tudo isto: a participação da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia através de Beatriz Cerqueira, nossa presidente; a participação dessa parlamentar que está nos surpreendendo – pelos menos a mim está surpreendendo muito – da Laura Serrano, que designou, de imediato, R\$2.000.000,00, salvo engano, das suas emendas pessoais para a UFMG; e agora a Assembleia concretiza, faz com que as fases 1 e 2 possam se tornar uma realidade.

O deputado André Quintão chamou a atenção também, presidente, para uma segunda etapa. Não adianta nada a UFMG trabalhar em tudo isso e, depois, nós pegarmos todo esse acervo tecnológico, de envolvimento científico, e levarmos isso lá para a Bio-Manguinhos, levarmos isso lá para o Butantan para podermos desenvolver uma vacina. Então, se nós tivemos a capacidade de conceber uma vacina, se a UFMG vai avançar nas fases 1 e 2 com os recursos – a bancada federal está trabalhando muito nisso, num contato que eu vi e assisti, através do Diego Andrade –, o governo do Estado tem que estender o tapete vermelho para a UFMG, seja através da Fapemig, seja através de uma destinação de recursos próprios, mas nós temos que avançar. Nenhum país do mundo, nenhum povo do mundo consegue alcançar o clímax se não investir em ciência e tecnologia. Nós temos a tecnologia para isso, o know-how para isso. Está em nossas mãos. O senhor não está desperdiçando este momento. O senhor está fazendo desse time de momento, desse tempo que nós estamos vivendo, uma possibilidade. Isso é muito importante para nós.

Então, parabéns à Assembleia de Minas! Parabéns ao senhor pela sensibilidade! Parabéns aos deputados que estão acreditando nisso! Parabéns à Sandra Regina por nos proporcionar isso! Mas tudo isso só vai ter razão de ser se a nossa Funed tiver condições para viabilizar a vacina. Não é só proteger o povo brasileiro, não. Prestem bem atenção na experiência que nós tivemos com a H1N1, mostrando que, depois de 10 anos, é importante que todos os anos a gente produza uma vacina nova, uma vacina acrescida, uma vacina diferente. Isso vai acontecer certamente com a Covid, com o coronavírus.

Essa parceria entre o governo do Estado, através da Funed, a Assembleia de Minas, através das possibilidades, e a UFMG, através da tecnologia, nós podemos trazer divisas incalculáveis para Minas Gerais, para a própria Funed. É um salto de qualidade que a Funed pode dar nas suas mãos. É estar recebendo, Agostinho, de bandeja: "Olhe aqui! Está aqui, Funed". É uma vacina viável e, através da Assembleia, nós vamos nos esforçar muito para isso. Eu tenho certeza disso. A Funed tem agora a obrigação de se preparar. Uma empresa como a Funed não pode se preparar do dia para a noite. Veja o que aconteceu lá em Bio-Manguinhos, uma empresa centenária que foi criada, à época, lá de Oswaldo Cruz, na pandemia que aconteceu naquele momento e tal. Hoje ela é uma empresa que, com todo o know-how, com toda a tecnologia, perdeu quase 40 dias na produção da vacina da Covid porque uma máquina quebrou. Por quê? Por falta do insumo farmacêutico. Ela tem condições de produzir esse insumo farmacêutico. Eu não quero, Agostinho – e já termino –, com todo esse esforço que está sendo feito, com todo o envolvimento que está sendo feito, que nós possamos depois entregar isso à Fundação Oswaldo Cruz, ao Butantan. Não é porque eles não merecem, mas, sim, porque nós temos competência para isso.

Então, hoje é o dia D, é o marco zero da vacina da Covid. Nós vamos precisar dela durante anos, talvez durante décadas. Isso se não surgir outro vírus aí em qualquer parte do mundo. Nós temos que estar preparados para isso. A UFMG está mostrando que tem preparo, a Assembleia está mostrando que tem a sensibilidade. É importante que a Funed também se prepare para esse novo tempo, que deve começar a partir de 2022.

Obrigado. Parabéns a todos os atores desse processo.

O presidente – Muito obrigado, deputado Carlos Pimenta. As palavras de V. Exa., assim como a do deputado André Quintão, têm realmente uma importância muito grande, no sentido de que nós temos que preparar toda essa cadeia produtiva, apoiar a Funed, fazer os investimentos necessários. A reitora colocou muito bem aqui que os americanos investiram US\$18.000.000.000,00, ou seja, próximo de R\$100.000.000.000,00. Se nós não tivermos condição aqui de fazer esses investimentos dos R\$30.000.000,00, de fazer os investimentos necessários para que a Funed possa desenvolver com qualidade essa produção, o que estaremos fazendo no Estado, senão isso que é o mais importante neste momento, que é a vacina? Todo o restante é secundário neste momento.

Pois, não, deputado Carlos Pimenta, o microfone de V. Exa. está fechado.

O deputado Carlos Pimenta – Isso que o senhor falou aí é muito importante, porque, se a Funed não tiver capacidade técnica para acompanhar o momento, pode ter certeza de que duas, três ou mais multinacionais estarão se oferecendo para poder viabilizar a vacina mineira. Eu acredito nela, ela vai dar certo, existe tecnologia para isso. Aí vem uma Pfizer da vida, uma AstraZeneca da vida, uma Johnson & Johnson da vida que vão poder colher os louros do esforço da nossa Universidade Federal de Minas Gerais.

O presidente – Sim, exatamente, deputado, é essa a nossa missão: reforçar as organizações públicas como a Funed, como o nosso SUS, que hoje é fundamental no combate a esta pandemia, fundamental neste enfrentamento. E V. Exa. citou, na reunião anterior de que participamos, o nosso querido ex-colega nesta Casa, Carlos Mosconi, que foi, na Câmara federal, o relator do projeto de lei que deu origem ao SUS, o que demonstra que essas ações assertivas têm resultados no futuro; e eu tenho a certeza de que esta ação de hoje terá resultados importantes para os mineiros e os brasileiros no futuro.

Vamos retornar a palavra à reitora Sandra para suas considerações.

A Sra. Sandra Regina Goulart Almeida – Muito obrigada, deputado Carlos Pimenta, pelas palavras. O que o senhor mencionou é fato: quando nós terminarmos o trabalho que é da UFMG e essa vacina estiver pronta para ser escalonada para produção industrial, nós vamos – claro – procurar... Essa nossa parceria, nós estamos construindo para que seja a Funed, porque nós achamos que o Estado de Minas Gerais tem que ser protagonista, agora não há dúvidas de que Bio-Manguinhos, de que Butantan estão olhando também com muita atenção tudo o que está sendo feito aqui, e as empresas privadas também; quer dizer, no final nós precisaremos passar essa tecnologia desenvolvida para que ela possa ser desenvolvida e distribuída não apenas – é a nossa ideia – para Minas, mas

também para o Brasil inteiro e, quiçá, para a exportação, pois não há nenhum movimento nesse sentido na América Latina, com exceção do México, único país que está produzindo sua própria vacina; o resto da América Latina não está desenvolvendo. Então isso vai ser muito importante para a economia do próprio estado, e gostaria de reiterar a fala do deputado Carlos Pimenta. Por isso é importante também nós pensarmos a longo prazo. Essa parceria da UFMG, esse Centro Nacional de Tecnologias de Vacina que estamos pensando para o futuro consiste na UFMG produzindo a tecnologia para depois apresentar isso para a Funed ou para alguma outra empresa que queira desenvolvê-la, mas isso também a longo prazo é avanço, é uma injeção – digamos assim – na produção, na economia de Minas Gerais. Não podemos nos esquecer de que existe esse papel também. O primeiro – é claro – é social e sanitário, neste momento tão importante, mas isso vai ser muito importante para a soberania não só do País, mas também do Estado de Minas Gerais. Isso é muito importante. Muito obrigada pelas palavras.

O presidente – Muito obrigado, reitora Sandra. Concluimos então a sequência de todos que solicitaram participar do debate. Questiono à presidenta Beatriz Cerqueira se quer fazer uso da palavra para suas considerações finais; em seguida, passaremos também à reitora para suas considerações finais nesta reunião.

A deputada Beatriz Cerqueira – Bem, presidente, quero mais uma vez agradecer a possibilidade desta reunião especial a partir da apresentação do requerimento que foi acolhido por V. Exa.; além disso, desde o início da pandemia, a Assembleia tem uma parceria estratégica com a nossa UFMG. Eu quero agradecer-lhe e reiterar a necessidade de termos uma política pública de investimento para a produção de vacina. A minha ação individual ao destinar tudo o que eu posso destinar para a UFMG é um ato político de dizer aquilo que é importante e, com esse ato político, chamar a atenção para o fato de que a produção de vacinas não pode ser responsabilidade de indicações individuais de emendas parlamentares, precisa ser uma política pública, por isso, quando o presidente da Casa, da Assembleia Legislativa, do Poder Legislativo assume, como Poder Legislativo, essa responsabilidade, essa é uma ação institucional, de modo que a Assembleia, como Poder, vai contribuir com essa política pública.

Eu aguardo atenta e esperançosa que o governador Romeu Zema faça algo parecido, ou seja, quase 30 mil mineiros e mineiras morreram, e precisamos proteger o nosso povo e contribuir para que o Brasil saia desta pandemia sem controle. A única resposta para isso é a vacina. Então, eu imaginava que, com a morte de quase 30 mil pessoas e com a possibilidade de uma vacina produzida em solo mineiro, os R\$30.000.000,00 – R\$30.000.000,00 ou o que for necessário, são R\$30.000.000,00 para essa fase – já estivessem pactuados com o governo do Estado. Inclusive, citei uma emenda autorizativa para investimento na própria Fapemig para se chegar a 1%.

Também reforço, presidente, que não é possível bater palmas para a pesquisa e sucatear a Fapemig e desmontar a Funed. Então, acho que esse debate foi um debate estratégico aqui no Parlamento dizendo exatamente isto: a necessidade do fortalecimento da nossa Funed e não de desmontá-la para criar outra coisa – nós precisamos de respostas imediatas – e a necessidade de nós entendermos que a saída é pela ciência, por isso a Fapemig precisa do seu investimento do mínimo constitucional.

Por fim, quero me solidarizar com a família do Diogo Neiva, com a sua companheira Marcela. Convivo muito com os servidores da Assembleia, e era uma convivência diária até este momento de pandemia em que estamos remotos. Esse é um luto permanente. É muito difícil a gente ver pessoas morrendo como estamos vendo. Eu me sentia muito impotente até que nós tivemos essa luz de esperança, e por isso falei tanto de esperança, Sandra, porque o que dá sentido à política é nós a colocarmos a serviço da vida. Então, o nosso mandato está a serviço da vida e, portanto, em parceria com a UFMG.

Queria parabenizar; agradecer toda essa possibilidade de debate; cumprimentar todos os colegas parlamentares; e de fato reafirmar, presidente, o quanto a nossa Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia acertou quando focou na ciência, quando focou na pesquisa e no fortalecimento das nossas instituições estaduais e na nossa UFMG. Que nós possamos ter cada vez mais notícia de esperança e que nós possamos superar esse luto, que é um luto geracional, um luto das nossas gerações diante desta pandemia. E a

gente vai superar o luto quando der sentido ao que a gente faz; a gente deve isso àqueles que perderam a vida para a Covid-19: fazer melhor.

Muito obrigada. São essas as minhas considerações, presidente, nossa magnífica reitora e todos os colegas parlamentares presentes nesta reunião especial, que foi uma luz de esperança. Desculpem-me repetir, mas, diante de tanto luto, é uma luz de esperança. Cada pessoa que morre é uma dor, porque a gente tem empatia pelo outro, não é? É isto que nos diferencia da barbárie: a gente se solidariza com a dor do outro, da outra pessoa. Então acho que cumprimos bem, e o Poder Legislativo está cumprindo, de forma magnífica, sua parte, e num importante protagonismo. Bom dia. Sandra, parabéns pelo trabalho.

O presidente – Obrigado, deputada, professora Beatriz Cerqueira. Passamos agora a palavra à também professora e reitora Sandra Regina, para suas considerações finais.

A Sra. Sandra Regina Goulart Almeida – Cabe-me somente agradecer, presidente, deputada Beatriz Cerqueira, todos aqueles que estão nos apoiando; deputada Laura Serrano e deputado Bartô, que iniciaram esse apoio, mas agora se estende a todos os deputados e deputadas da nossa Assembleia Legislativa.

Se a deputada Beatriz falou de esperança, eu falo para os senhoras e as senhoras, para V. Exas., de um raio de luz para nós. Os senhores e as senhoras não imaginam o que é uma gestão, uma pessoa estar na gestão e ver que todo esse projeto de pesquisa poderia estar perdido por nós não conseguirmos verbas para este ano. A UFMG vai sofrer este ano um corte de 18,9% no seu orçamento. Nós ainda estamos negociando, eu conversei com a bancada mineira; isso, para nós, vai ser um corte de R\$40.000.000,00 no nosso orçamento de custeio. Nós não sabemos como... Então, eu sabia que eu não teria recurso para apoiar essa vacina com verbas da UFMG. Assim, começamos essa conversa, essa movimentação pela importância que estamos vendo e a potencialidade dessa vacina. Portanto a acolhida de V. Exas. a esse projeto da UFMG é para nós uma luz no fim do túnel. Acho que a gente vê isso muito claro não apenas nesse projeto, que é da UFMG mas também é um projeto de Minas Gerais. Está entre as três vacinas mais adiantadas do País. Isso não é pouca coisa. Então a Assembleia Legislativa abraçar essa causa é, para nós, motivo de grande satisfação. E pensarmos a longo prazo também porque, como mencionou muito bem o deputado Carlos Pimenta, que é médico, essa não é a única pandemia que vamos enfrentar. Nós já sabemos disso. Por isso precisamos do apoio de V. Exas. para que a gente traga para Minas Gerais esse centro nacional de tecnologias de vacinas, ligado justamente ao BH-TEC, para que a gente possa investir nisso. E, para isso, a gente vai precisar do apoio de V. Exas. também a esse projeto, além da vacina. Então é algo a curto prazo mas algo também a médio prazo, que é esse projeto do centro nacional de vacinas aqui, em Minas Gerais. Isso terá um impacto enorme no nosso estado, é um protagonismo importante que Minas precisa abraçar.

Portanto só tenho a agradecer, mais uma vez, essa acolhida que nos enche de esperança e que nos enche também de expectativa para que Minas possa ter esse papel de liderança, um papel que vai reverter-se positivamente para o Estado de Minas Gerais a médio e a longo prazo também. Muito obrigada. Estou sempre à disposição. É uma grande satisfação estar aqui, na Casa do povo mineiro. Como eu disse, em Minas, a UFMG é esse lugar do povo mineiro, como instituição federal de relevância e de grande impacto para o nosso estado. Muito obrigada.

O presidente – Muito obrigado, reitora Sandra Regina Almeida. Quero agradecer também a participação de todos os parlamentares, deputadas e deputados que participaram deste importante encontro.

Hoje nós multiplicamos aqui informações, dividimos sonhos, somamos forças e, se Deus quiser, vamos colher importantes resultados para as mineiras e os mineiros. Muito obrigado pela participação de todos. É assim, somando esforços, que nós vamos fazer mais por Minas Gerais. Tenha certeza, reitora Sandra, avise aos seus procuradores, aos seus pesquisadores, à sua equipe técnica que eles não precisam desacelerar; podem acelerar, que nós vamos garantir, pela Assembleia de Minas, recursos para o desenvolvimento dessa fase tão importante da vacina. A Assembleia de Minas, com certeza, junto com a UFMG, vai poder colher esses frutos que não são das duas instituições, mas frutos que serão divididos por todos as mineiras e os mineiros.

A presidência, mais uma vez, agradece à reitora a sua explanação, a importante parceria e amizade que sempre desenvolvemos, e aos parlamentares.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 14/4/2021

Presidência do Deputado Carlos Henrique

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Mensagem nº 125/2021 (encaminhando o 4º relatório trimestral, contendo informações sobre a evolução da receita e da despesa do Estado e as medidas adotadas pelo Poder Executivo no enfrentamento da pandemia de covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública), do governador do Estado; Ofícios nºs 715 a 727/2021; ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimentos nºs 7.690, 7.691 e 7.694 a 7.699/2021 – Comunicações: Comunicação do deputado Sávio Souza Cruz – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Sargento Rodrigues, André Quintão e Zé Reis, da deputada Ana Paula Siqueira e do deputado Doutor Jean Freire; Questão de Ordem; Homenagem Póstuma; discursos dos deputados Doutor Jean Freire e Arlen Santiago – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Votação de Requerimentos: Requerimento nº 1.044/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimento nº 2.266/2019; aprovação – Requerimento nº 2.468/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimento nº 3.263/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimentos nºs 3.634, 3.774 3.892, 3.894, 3.950 e 4.172/2019; aprovação – Requerimento nº 5.457/2020; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimentos nºs 6.628 e 7.111/2020; aprovação – Requerimento nº 7.187/2020; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimento nº 7.326/2021; aprovação – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Doutor Jean Freire – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bráulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Carlos Henrique) – Às 14h7min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– A deputada Leninha, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Sargento Rodrigues, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

MENSAGEM Nº 125/2021

Belo Horizonte, 12 de abril de 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Vossas Excelências – Senhoras e Senhores Deputados

Com meus cordiais cumprimentos, nos termos do § 2º do art. 1º da Resolução da Assembleia Legislativa nº 5.529, de 25 de março de 2020, encaminho a Vossas Excelências, para apreciação dessa egrégia Assembleia e para conhecimento do Povo Mineiro, o quarto relatório trimestral contendo informações sobre a evolução da receita e da despesa do Estado e as medidas adotadas pelo Poder Executivo no enfrentamento da pandemia de covid-19, durante a vigência do estado de Calamidade Pública.

O relatório se refere ao trimestre compreendido entre 26 de dezembro de 2020 e 25 de março de 2021 e segue anexo a esta mensagem, por meio digital. No relatório há informações sobre as políticas públicas de biossegurança no enfrentamento da pandemia em Minas Gerais.

As ações foram realizadas pelas secretarias e pelos órgãos do Poder Executivo, com a colaboração da Assembleia Legislativa, do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da Defensoria Pública, da sociedade civil e da iniciativa privada. Também apoiaram o Estado a Associação Mineira dos Municípios, diversos Municípios e, em especial, a União.

Em síntese, Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados, essas são as informações que me cabem prestar à Assembleia.

Na oportunidade, reitero meu apreço e consideração a Vossas Excelências – Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados – e ao Povo Mineiro.

Romeu Zema Neto, governador do Estado.

– Os anexos a que se refere a mensagem estão disponíveis nos *links* a seguir:

**EVOLUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA DO ESTADO DURANTE O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA EM
DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19****Relatório Trimestral****25 de dezembro de 2020 a 25 de março de 2021**

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/553/548/1553548.pdf>

MEDIDAS ADOTADAS PELO PODER EXECUTIVO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19 DURANTE O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA**Relatório Trimestral****25 de dezembro de 2020 a 25 de março de 2021**<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/553/549/1553549.pdf>

– À Comissão de Fiscalização Financeira.

OFÍCIO Nº 715/2021**(Correspondente ao Ofício GAB nº 212/2021)**

Arcos, 8 de abril de 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

O Município vem enfrentando a situação de emergência em saúde pública gerada pela pandemia do Coronavírus (covid-19), tendo envidado todos os esforços e medidas para prevenção ao contágio, enfrentamento e contingenciamento da doença, investindo todos os recursos possíveis para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

Através do Decreto nº 5.552, publicado em 3/4/2020, foi declarado Estado de Calamidade Pública no Município de Arcos.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais (através da Resolução 5.545 de 30/4/2020) reconheceu o Estado de Calamidade Pública no Município, prorrogando seu prazo até 31 de dezembro de 2020 (através da Resolução 5.554 de 17/7/2020); tendo o Município, através do Decreto Municipal 5.681/2020, prorrogado o prazo do Decreto 5.552/2020 até tal data.

Saliente-se, ainda, que o Município de Arcos, através do Decreto nº 5.676, de 5 de agosto de 2020, aderiu ao “Programa Minas Consciente” do governo do Estado, que setoriza as atividades econômicas em “ondas” a serem liberadas para funcionamento de forma progressiva, conforme indicadores de capacidade assistencial e de propagação da doença.

No final de 2020, diante das dificuldades orçamentárias e financeiras advindas do aumento de casos positivos da doença e de óbitos, foi editado o Decreto Municipal nº 5.817, de 8 de dezembro de 2020, prorrogando até 31/7/2021 o Estado de Calamidade declarado no Decreto Municipal nº 5.552/2020.

O citado decreto foi encaminhado a esta casa pelo ex-prefeito em 10/12/2020, que solicitou sua avaliação para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública já declarado. Contudo, até a presente data não houve tal análise.

Saliente-se, contudo, que nos últimos três meses houve um grande aumento do número de pessoas contaminadas e de óbitos pelo coronavírus em Arcos; bem como aumento do número de pacientes aguardando vagas para transferência.

Conforme dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, que são disponibilizados em Boletins Informativos diários no site oficial do Município (www.arcos.mg.gov.br) e mídias sociais, no início do mês de março haviam sido contabilizados cerca de 30 óbitos, sendo que, no boletim do dia 7/4 foram contabilizados 84 óbitos, mais três em investigação, o que demonstra o assustador aumento de casos na cidade.

Assim, diante da situação acima delineada, serão necessários ainda mais investimentos e remanejamentos de recursos para o enfrentamento da doença, sendo imperioso o reconhecimento da necessidade de prorrogação do estado de calamidade pública, de forma a permitir que os índices previstos na Lei Orçamentária Fiscal sejam flexibilizados, possibilitando que o Município atenda de forma mais efetiva a população, suportando de forma menos efeitos decorrentes da pandemia.

Ante o exposto, nos termos do art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000, o Município de Arcos requer a avaliação do Decreto Municipal nº 5.817, de 8 de dezembro de 2020, cópia em anexo, para reconhecimento por parte do Poder Legislativo Estadual da prorrogação do estado de calamidade pública declarado.

Sem mais para o momento, renovo meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Claudenir José de Melo, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 5.681/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/553/676/1553676.pdf>

DECRETO MUNICIPAL Nº 5.817/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/553/677/1553677.pdf>

ERRATA DO DECRETO MUNICIPAL Nº 5.817/2020

– O texto da errata está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/553/678/1553678.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 716/2021

(Correspondente ao Ofício Gab. Prefeito nº 82/2021)

Aricanduva, 13 de abril de 2021.

Assunto: Encaminhamento (faz)

Senhor Presidente,

Com respeitosos cumprimentos, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) informar que o Município de Aricanduva editou o Decreto nº 30/2021 de 13/4/2021, prorrogando a vigência do estado de calamidade pública, decretada através do Decreto Municipal nº 020/2020, datado de 8/4/2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do covid-19.

Para tanto submetemos o supracitado decreto, cuja cópia segue anexa, a apreciação do legislativo estadual, visando à ratificação de nosso instrumento normativo.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Valemo-nos da oportunidade para reiterar votos de distinta consideração.

Atenciosamente,

Valdeir Santos Coimbra, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 30/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/553/389/1553389.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 717/2021**(Correspondente ao Ofício nº 022/2021)**

Cachoeira Dourada, 13 de abril de 2021.

Assunto: Protocolo de mensagem ao Decreto nº 026/2021.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais,

Encaminho, para a apreciação e deliberação por esta Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, mensagem ao decreto nº 026/2021 que, “Dispõe sobre a Calamidade pública financeira do município ao enfrentamento ao covid-19.”

Para apreciação do presente, mister instruir o presente requerimento com cópias dos demais decretos que regulamentaram as medidas de enfrentamento à covid-19.

Certos de poder contar com a tenção de todos os deputados que compõe esta Assembleia Legislativa, é que solicitamos a aprovação do presente requerimento contido na mensagem do decreto 026/2021.

Aproveito o ensejo para manifestar os votos de levada estima e distinta consideração aos membros desta ALMG.

Atenciosamente.

Aleandro Francisco da Silva, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 26/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/553/673/1553673.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 718/2021**(Correspondente ao Ofício nº 05)**

Caldas, 11 de janeiro de 2021.

Assunto: Prorrogação Estado de Calamidade Pública Município de Caldas.

Ilmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, a par de cumprimentá-lo cordialmente, venho por meio deste, diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000, informar que o Município de Caldas prorrogou a situação de Calamidade Pública até o dia 31 de dezembro de 2021, conforme se observa pelo Decreto que ora se anexa.

Assim, submetemos o supracitado Decreto ao legislativo estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo, se assim for necessário.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para externar os mais elevados votos de estima e consideração, e me colocar à disposição para mais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Ailton Pereira Goulart, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.615/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/553/679/1553679.pdf>

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.632/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/553/680/1553680.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 719/2021**(Correspondente ao Ofício nº 133/2021/GP)**

Carmo do Cajuru, 14 de abril de 2021.

Assunto: Prorrogação do estado de calamidade pública em Carmo do Cajuru.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Com meus cordiais cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência, para apreciação e ratificação, o Decreto Municipal nº 1457 de 30 de Dezembro de 2021, que “Prorroga o prazo de estado de calamidade pública declarado no Decreto nº 1374 de 20 de abril de 2020 no Município de Carmo do Cajuru em razão da pandemia decorrente do Coronavírus – covid-19”.

O reconhecimento por essa Egrégia Casa Legislativa decorre de previsão expressa do art. 65, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que “Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”.

Por certo, como é de conhecimento dos nobres deputados, é fato público e notório que os Municípios vêm passando por severa crise financeira, inclusive deixando de receber, em anos anteriores, os repasses constitucionais que lhe são devidos, violando, inclusive, o pacto federativo. Por certo, tal fato gerou danos ao orçamento local deixando fragilizada a economia municipal.

Neste contexto, os Municípios, que são os Entes que recebem a menor parcela da arrecadação e detêm sob sua responsabilidade o maior plexo de competências para com os cidadãos, necessitam buscar alternativas para cumprir, ao menos, as obrigações essenciais. Esse quadro desfavorável compromete o bom funcionamento da máquina pública diante das inúmeras demandas da comunidade, incumbindo ao Município assegurar, em última análise, a continuidade dos serviços essenciais aos munícipes, que não podem ser penalizados.

Agravando-se tal cenário, no corrente exercício, vemos assombradamente a pandemia causada pelo Coronavírus – covid-19, assim reconhecida pela Organização Mundial de Saúde e, internamente, pela Portaria nº188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde.

A pandemia provocada pelo Coronavírus colocará em risco o sistema de saúde se medidas e investimentos não forem tomados, causando reflexos de toda ordem na prestação dos serviços essenciais aos cidadãos.

O reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da prorrogação do estado de calamidade pública, em função da pandemia do Coronavírus, será importante medida para propiciar ao Município de Carmo do Cajuru resposta aos inúmeros desafios que se apresentam. E destacamos que esta autorização permitirá ao ente público municipal, sobretudo, se valer do que dispõe o art. 65, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como das hipóteses autorizativas previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Ademais, tal reconhecimento se revela necessário para que o Município se valha dos efeitos contidos na medida cautelar concedida pelo Col. Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6.357, o qual entendeu por dar interpretação conforme a Constituição aos artigos 14, 16, 17 e 24, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, durante a emergência em Saúde Pública de importância nacional e o estado de calamidade pública decorrente da covid-19, afastando a exigência de demonstração de adequação e compensação orçamentárias em relação à criação/expansão de

programas públicos destinados ao enfrentamento do contexto de calamidade gerado pela disseminação de covid-19; conquanto sejam por ele observados os termos constitucionais e legais, para a decretação do estado de calamidade pública.

São essas, Senhor Presidente, as razões que levaram à propositura da presente medida com a solicitação de reconhecimento por essa Casa Legislativa em caráter de urgência do estado de calamidade pública do Município de Carmo do Cajuru.

Na oportunidade, externo a Vossa Excelência e a todas as Deputadas e Deputados votos de estima e elevada consideração.

Edson de Souza Vilela, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.457/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/553/674/1553674.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 720/2021

(Correspondente ao Ofício nº 34/2021)

Datas, 12 de abril de 2021.

Assunto: Comunicado à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais sobre o Decreto que prorroga o Estado de Calamidade Pública no Município de Datas para enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus – covid-19.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), informar que o Município de Datas prorrogou o Estado de Calamidade Pública, declarado pelo Decreto Municipal nº 200 datado de 9 de abril de 2020, através do Decreto Municipal nº 013 de 12 de fevereiro de 2021.

Informamos, ainda, que o Município adotou todas as medidas necessárias para o enfrentamento da emergência em saúde pública, conforme determina a Lei Federal nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020 e sua regulamentação através da Portaria MS/GM nº 356, de 11 de março de 2020.

Ademais, seguimos os termos legais do Decreto Estadual nº 113 de 12 de março de 2020, da Portaria nº 454 de 20 de março de 2020 e do Decreto nº 47.891 de 20 de março de 2020, bem como do Decreto nº 48.102/2020 do Governo do Estado de Minas Gerais, que prorroga o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus (covid-19) no âmbito de todo o território do Estado de Minas Gerais.

Para tanto, consideramos que a gravidade da situação de saúde pública demandará a continuidade das medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, e que a divulgação, distribuição de produtos de higienização, bem como a fiscalização aos estabelecimentos comerciais e não comerciais, especialmente o isolamento e distanciamento social têm sido as principais estratégias de proteção e prevenção para a transmissão do covid-19.

Portanto, submetemos o supracitado Decreto, conforme cópia em anexo, ao Legislativo Estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Colocamo-nos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Narlisson de Jesus Martins, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 13/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/553/390/1553390.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 721/2021**(Correspondente ao Ofício Gab. nº 51/2021)**

Josenópolis, 12 de abril de 2021.

Ref.: Encaminhamento, para análise, o Decreto que reconhece o Estado de Calamidade Pública no município de Josenópolis.

Exmo. Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, venho a presença de Vossa Excelência e dos Ilustres Deputados e Deputadas que compõe essa r. Assembleia, através deste, encaminhar o Decreto de nº 126 de 17 de março de 2021 que decreta estado de calamidade pública no município de Josenópolis.

Com base no Decreto Estadual nº 48.102 de 29 de dezembro de 2020 que prorrogou o estado de Calamidade Pública no Estado de Minas Gerais, o Poder Executivo do município de Josenópolis, no uso de suas atribuições legais decretou o estado de calamidade pública.

Desta feita, necessitamos que a respeitável Assembleia reconheça o estado de calamidade pública no município de Josenópolis.

Sem mais para o momento, antecipo agradecimentos!

Atenciosamente,

Daniel Patrick Ribeiro Queiroz, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 126/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/553/675/1553675.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 722/2021**(Correspondente ao Ofício nº 061/2021)**

Juramento, 9 de abril de 2021.

Assunto: Encaminha Decreto nº 379/2020 e Decreto nº 433/2021 que mantém Estado de Calamidade Pública no município de Juramento.

Excelentíssimo Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, venho através deste à presença de Vossa Senhoria, encaminhar anexo, os Decretos de nº 379/2020 e Decreto nº 433/2021 que “Mantém em Estado de Calamidade Pública no município de Juramento, em virtude dos problemas de saúde pública e econômicos gerados pelo enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus SARS-CoV-2” solicitando que seja reconhecido o estado de calamidade pública no município de Juramento, para os fins do disposto no art.65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2020.

Certo de poder contar com a sua valiosa compreensão, antecipo agradecimentos.

Atenciosamente,

Marlene de Lourdes Silveira Moreira, prefeita municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 379/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/553/269/1553269.pdf>

DECRETO MUNICIPAL Nº 433/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/553/270/1553270.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 723/2021

(Correspondente ao Ofício GP nº 055/2021)

Mata Verde, 7 de abril de 2021.

Assunto: Informação (Faz)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) informar que o Município decretou estado de calamidade pública através do Decreto Municipal nº 21, datado de 5 de abril de 2021, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do covid-19.

Para tanto submetemos o supracitado decreto, cópia em anexo, ao legislativo estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Irone Bento Dias Oliveira, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 21/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/553/271/1553271.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 724/2021

(Correspondente ao Ofício nº 79/2021)

Novorizonte, 7 de abril de 2021.

Assunto: Calamidade Pública.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Venho por meio deste encaminhar Decreto nº 03, de 4 de janeiro de 2021, que prorroga o Estado de Calamidade pública no Município de Novorizonte, decorrente da Situação de Emergência Internacional, reforça as medidas de Prevenção e Enfrentamento ao contágio pelo covid-19, e dá outras providências, a fim de viabilizar sua publicação no *Diário do Legislativo*.

Considerando que a Organização Mundial de Saúde – OMS – mantém a classificação da disseminação da covid-19 como uma pandemia, que não há previsão de cobertura vacinal, de forma a atenuar a disseminação viral e que a diminuição de receitas se mantém em razão da queda de arrecadação de tributos.

Portanto, certo de contar com a vossa habitual atenção, antecipo agradecimentos e registro votos de consideração e apreço.

Cleber Nascimento de Pinho, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/553/272/1553272.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 725/2021

(Correspondente ao Ofício nº 27/2021)

Piedade de Caratinga, 9 de abril de 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) informar que o Município de Piedade de Caratinga, decretou estado de calamidade pública através do Decreto Municipal nº 59 de 9 de abril de 2021.

Para tanto submetemos o supracitado decreto, cópia em anexo, ao legislativo estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo, visando a adoção de medidas emergências de prevenção, controle e contenção de riscos à saúde pública, buscando evitar a disseminação da doença em nosso município, o que não se pode neste momento, por força dos limites da LRF, em especial as despesas com pessoal e equilíbrio fiscal.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Adolfo Bento Neto, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 59/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/553/273/1553273.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 726/2021

(Correspondente ao Ofício nº 188/2021)

Pirapetinga, 9 de abril de 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Nobres Deputados,

Com a satisfação de cumprimentá-los, eu, Luiz Henrique Pereira da Costa, prefeito municipal, venho, pelo presente ofício, com fundamento no art. 65, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, submete à apreciação dos senhores membros da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais o Decreto nº 1/2021, para fins de prorrogação do período de Calamidade Pública nesta urbe.

O presente pleito se dá em razão do contido no art. 65, da Lei Complementar nº 101/2000, que exige, além do atesto do prefeito municipal da situação de calamidade pública, que seja reconhecida pela Assembleia Legislativa a circunstância excepcional, que no caso presente é a pandemia covid-19.

Pirapetinga, pequeno município com população aproximada de onze mil pessoas, possui, atualmente, 828 casos ativos de covid-19, número este que vem crescendo consistentemente, apesar de todas as medidas de restrições adotadas, baseadas na Onda Roxa do Plano Minas Consciente, ao qual o Município aderiu.

O recente agravamento do cenário epidemiológico em âmbito não só municipal, mas também regional, é evidenciado pelo esgotamento de leitos de UTI disponíveis nos municípios da região, o que levou ao enquadramento das microrregiões de Juiz de Fora, Além Paraíba, Cataguases, Leopoldina, dentre outras, pertencentes à Macrorregião Sudeste, no Protocolo Onda Roxa em Biossegurança Sanitário Epidemiológico – Onda Roxa, por força da Deliberação do Comitê Extraordinário covid-19 nº 137, de 12 de março de 2021.

Como é de ciência dos nobres deputados, em situações que demandam uma ação rápida e eficaz por parte da Administração Pública, as quais trazem reflexos orçamentários e remanejamento de recursos, se faz necessária a declaração do estado de Calamidade Pública no Município de Pirapetinga, o que fora feito pela edição do Decreto nº 01/2021, que prorrogou o Estado de Calamidade Pública em decorrência do covid-19, que havia sido decretado no exercício de 2020 pelo Decreto nº 39/2020, que, inclusive, fora apreciado por esta casa.

Desta feita, como dito, é a presente para que submeter à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa o Decreto que prorrogou o Estado de Calamidade no Município de Pirapetinga, em razão do covid-19, para fins de Homologação, cuja pretensão requer-se seja apreciada e deferida, renovando a Vossa Excelência, os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Luiz Henrique Pereira da Costa, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 1/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/553/274/1553274.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 727/2021

(Correspondente ao Ofício nº 058/2021/GAB.PMVP-MG)

Várzea da Palma, 5 de abril de 2021.

Assunto: Solicitação.

Referência: Estado de Calamidade.

Excelentíssimo Senhor,

Com nossos cordiais cumprimentos, vimos diante do exposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), informar que o Município de Várzea da Palma, prorrogou o prazo de vigência do Estado de Calamidade Pública através do Decreto Municipal nº 112 de 23 de dezembro de 2020, de que se trata o art. 1º do Decreto nº 070 de 26 de agosto de 2020, visando medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do covid-19.

Para tanto submetemos o supracitado Decreto, cópia anexa, ao Legislativo Estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Sem mais para o momento e ao inteiro dispor de V.Exa. para quaisquer informações adicionais, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Eduardo Monteiro de Abreu, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 112/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/553/391/1553391.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIOS

Do Sr. Cláudio de Castro Panoeiro, secretário nacional de Justiça, informando a liberação de recursos financeiros referentes a termos de convênio firmado, em 2020, entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e beneficiários convenientes do Estado, no âmbito do programa Projeto Escola de Convivência Familiar. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Marcelo Luis Baião Salgado, superintendente Governo BH Oeste da Caixa Econômica Federal, informando a liberação de parcela relativa ao Contrato de Financiamento nº 0397.767/50, no âmbito do programa Saneamento para Todos. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, presidente da Comissão de Saúde e Saneamento da Câmara Municipal de Ouro Fino, manifestando-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 2.423/2021. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Érico de Moraes Colen, diretor da Secretaria de Comunicação do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais – Sind-Saúde/MG –, comunicando a rejeição integral, por parte dos trabalhadores da Fundação Ezequiel Dias – Funed –, do Projeto de Lei nº 2.509/2021. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Maria das Graças Rodrigues de Oliveira, membro da Executiva Estadual da Associação de Médicas e Médicos Brasileiros pela Democracia, encaminhando nota do núcleo mineiro dessa associação acerca do Projeto de Lei nº 2.591/2021, na qual parabeniza esta Casa pela compreensão do grave momento que vivemos e propõe medidas emergenciais para contornar o colapso de saúde no Estado. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Thomas Korontai, coordenador da Coalizão Convergências, encaminhando carta dessa organização acompanhada de cópia do modelo de requerimento encaminhado a todos os governadores e muitos prefeitos. (– À Comissão de Saúde.)

Da Sra. Patrícia Passarela e outros, da Comissão dos Atingidos de Taquaras, encaminhando pedido de socorro humanitário para todos os atingidos pelo rompimento da barragem de Brumadinho, bem como da regularização das pendências com o pagamento do auxílio emergencial na comunidade de Taquaras. (– À Comissão do Trabalho.)

Do Sr. Carlos Antônio de Magalhães Cadan, diretor municipal de Governo, Administração e Finanças do Município de Ouro Fino, encaminhando moção para que os estabelecimentos prestadores de serviço para a prática de atividade física e do exercício físico e outros afins sejam declarados como atividades e serviços essenciais. (– À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Vanderlei Cândido de Almeida, presidente da Câmara Municipal de Ouro Fino, encaminhando cópia de moção aprovada por essa casa legislativa para que o gasoduto de Paulínia (SP) a Jacutinga se estenda até Ouro Fino e municípios vizinhos e Pouso Alegre.

Do Sr. Fernando S. Marcato, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, informando que a pasta que preside está promovendo junto aos municípios alcançados pelas ferrovias concedidas à Ferrovia Centro-Atlântica S.A. e à MRS Logística S.A. uma pesquisa com vistas a fazer o levantamento dos possíveis conflitos urbanos ocasionados nesses municípios, em razão da operação ferroviária. (– À Comissão de Transporte.)

Do Sr. Ezequiel de Melo Campos Neto, presidente do Conselho de Administração da Prodemge, encaminhando relatório, aprovado em reunião do Conselho de Administração da companhia, com a análise das metas e resultados alcançados na execução de seu plano de negócios e estratégias de longo prazo no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020. (– À Comissão de Transporte.)

Do Sr. José Alves Viana, presidente do Tribunal de Contas, comunicando a prorrogação das medidas emergenciais de prevenção ao contágio da covid-19 no âmbito desse tribunal.

Da Sra. Patrícia Fonseca Gonçalves da Costa, professora, solicitando apoio dessa Casa para que seja estabelecido diálogo com a Secretaria de Estado de Educação a fim de atender às reivindicações dos professores da educação integral designados. (– À Comissão de Educação.)

Do Sr. Sérgio Pessoa de Paula Castro, advogado-geral do Estado, encaminhando decisão proferida no Acórdão nº 1.0000.20.458319-9/000, impetrado pela Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Minas Gerais em face da Mesa da Assembleia Legislativa e de seu presidente, relativa à Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2020, e o memorando Seplag/ARS nº 25/2021, contendo informações prestadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. (– Anexe-se à referida proposta.)

Da Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, acusando o recebimento do Relatório Final da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e Recursos Hídricos e encaminhando manifestações da Subsecretaria de Estado de Regularização Ambiental e da Fundação Estadual do Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido relatório.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, acusando o recebimento do Relatório Final da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e Recursos Hídricos e encaminhando manifestação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. (– Anexe-se ao referido relatório.)

Do Sr. Fernando S. Marcato, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, solicitando o apoio dessa Casa na divulgação de uma pesquisa promovida por essa secretaria junto aos municípios alcançados pelas ferrovias concedidas à Ferrovia Centro-Atlântica S.A. e à MRS Logística S.A., a fim de fazer um levantamento dos possíveis conflitos urbanos ocasionados em razão das operações ferroviárias. (– À Comissão de Transporte.)

Da Sra. Maria Luiza Maia Oliveira, presidente interina da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais – Fecomércio-MG –, solicitando o apoio dessa Casa para a ratificação dos convênios encaminhados pela Mensagem nº 122/2021, do governador do Estado, especialmente o Convênio ICMS nº 17, de 2021, e para a aprovação de projeto de lei que implemente um programa de parcelamento de tributos. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Do Sr. Ederson Alves da Silva e da Sra. Lourdes Aparecida Machado, respectivamente vice-presidente e secretária-geral do Conselho Estadual de Saúde, informando os encaminhamentos definidos em reunião realizada em 4/3/2021, referentes à exigência de suspensão imediata do Edital Fhemig nº 1/2021 e respeito à Resolução CES-MG nº 64, de 14/10/2019, que não aprova a implementação de organização social na rede Fhemig e suspende o estudo de viabilidade sobre o assunto.

Da Sra. Amanda Talita Luisa Lopes, gestora de Assistência Social de Lagoa da Prata, e outros solicitando que a assistência social seja considerada serviço essencial e os trabalhadores do setor recebam prioritariamente imunização contra o novo coronavírus. (– À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Leonardo Monteiro, presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Correios, encaminhando manifesto contra a privatização dos Correios.

Da Sra. Patrícia Carvalho Gomes, presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – Ceas-MG –, comunicando a deliberação plenária referente às prioridades da assistência social em consonância com o disposto na legislação da área e solicitando a sua inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias-2022. (– À Comissão do Trabalho.)

Do Sr. Agostinho Gomes de Azevedo, corregedor-geral de justiça do TJMG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.371/2020, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.110/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.653/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 5.176/2018, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 810/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 1.171/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 731/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.047/2020, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.000/2019, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.964/2019, do deputado Douglas Melo. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.241/2020, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 3.229/2019, da deputada Marília Campos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.223/2020, do deputado Mauro Tramonte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.225/2020, do deputado Cleitinho Azevedo. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.525/2020, do deputado Elismar Prado. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.826/2020, do deputado Elismar Prado. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.055/2020, do deputado Gil Pereira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.057/2020, do deputado Cristiano Silveira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.282/2020, da deputada Beatriz Cerqueira e outras. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.317/2020, do deputado Betão. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.431/2020, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.574/2020, do deputado Sávio Souza Cruz e outros. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Elias Brito Júnior, assessor técnico do Ministério Infraestrutura, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.966/2020, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.051/2020, das Comissões de Administração Pública, de Justiça, de Fiscalização Financeira, de Redação e de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Rogério Greco, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.184/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Joaquim Francisco Neto e Silva, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.185/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Rogério Greco, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.189/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Sérgio Gusmão Suchodolski, presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.249/2021, da Comissão de Agropecuária. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.250/2021, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Maria Alice Nascimento Souza, chefe da Assessoria de Relações Parlamentares da Agência Nacional de Transportes Terrestres, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.618/2020, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. José Angelo Mazzillo Júnior, secretário substituto do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.248/2021, da Comissão de Agropecuária. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.594/2020, do deputado Fernando Pacheco. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.661/2020, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.707/2020, do deputado Carlos Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Carlos Eduardo Tavares de Castro, presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.835/2020, da Comissão de Assuntos Municipais. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.909/2020, do deputado André Quintão. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. PM Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.292/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. BM Edgard Estevo da Silva, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.300/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Rogério Greco, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.303/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fernando S. Marcato, diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais (2), prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.396/2020, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fábio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 756/2019, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. PM Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.595/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fábio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.619/2020, da deputada Delegada Sheila. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fernando S. Marcato, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.803/2020, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fernando S. Marcato, diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.943/2020, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Helger Marra Lopes, presidente da Fundação João Pinheiro, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.709/2020, do deputado Carlos Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.692/2020, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Helger Marra Lopes, presidente da Fundação João Pinheiro, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.710/2020, do deputado Carlos Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.892/2020, do deputado Coronel Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Rogério Greco, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.355/2020, da deputada Ana Paula Siqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Otto Alexandre Levy Reis, secretário de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.631/2020, da Comissão da Pessoa com Deficiência. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.910/2020, do deputado André Quintão. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.532/2020, do deputado Alencar da Silveira Jr. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fábio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.622/2020, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fernando S. Marcato, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.802/2020, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Antônio Claret de Oliveira Júnior, diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.107/2020, da deputada Ione Pinheiro. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fábio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.335/2021, do deputado Noraldino Júnior. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.345/2021, do deputado Tadeu Martins Leite. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fernando S. Marcato, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.345/2021, do deputado Tadeu Martins Leite. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fábio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.889/2020, da Comissão da Pessoa com Deficiência. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fábio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.434/2020, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Rogério Greco, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.644/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fernando S. Marcato, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.788/2020, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Márcilio Dias Magalhães, subsecretário de Políticas e Ações de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.905/2020, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fábio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.044/2020, da deputada Ana Paula Siqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fernando S. Marcato, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.101/2020, do deputado Fernando Pacheco. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.768/2019, da deputada Ione Pinheiro. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Rogério Greco, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.768/2019, da deputada Ione Pinheiro. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Nilson Borges, presidente do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.015/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Ana Maria Soares Valentini, secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.120/2019, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Leônidas José de Oliveira, secretário de Estado de Cultura e Turismo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.363/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fernando S. Marcato, diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.253/2020, do deputado Carlos Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fábio Amorim da Rocha, presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.253/2020, do deputado Carlos Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Rogério Greco, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.630/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.914/2020, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Joaquim Francisco Neto e Silva, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.060/2020, do deputado Noraldino Júnior. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. PM Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.304/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fernando Passalio de Avelar, secretário de Estado adjunto de Desenvolvimento Econômico, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.311/2020, da deputada Andréia de Jesus. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Carlos Eduardo Tavares de Castro, presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.311/2020, da deputada Andréia de Jesus. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fernando S. Marcato, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.392/2020, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fábio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.414/2020, da Comissão dos Direitos da Mulher. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fernando S. Marcato, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.505/2020, da Comissão de Esporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.515/2020, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 101/2019, da deputada Ana Paula Siqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 375/2019, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fernando S. Marcato, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.946/2020, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fábio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.882/2020, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fábio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.270/2021, do deputado Mauro Tramonte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Otto Alexandre Levy Reis, secretário de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 58/2019, do deputado Bosco. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, prestando informações relativas ao Requerimento nº 58/2019, do deputado Bosco. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Otto Alexandre Levy Reis, secretário de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 218/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 543/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fernando S. Marcato, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 631/2019, do deputado Ulysses Gomes. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.504/2020, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Sérgio Pessoa de Paula Castro, advogado-geral do Estado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.504/2020, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.929/2020, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fernando S. Marcato, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 782/2019, do deputado Douglas Melo. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fernando S. Marcato, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.799/2020, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.345/2019, da deputada Delegada Sheila. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.560/2020, do deputado Carlos Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fábio Amorim da Rocha, presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.808/2020, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Nº 7.690/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Obras de Juiz de Fora pedido de providências para que seja executada obra de pavimentação asfáltica na estrada que liga o Distrito de Sarandira, nesse município, à BR-267. (– À Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos da Decisão da Mesa de 24/3/2021.)

Nº 7.691/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que sejam nomeados todos os candidatos aprovados no concurso público de provas e títulos para provimento de cargos da carreira de professor de educação superior da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG –, referente aos editais do ano de 2018, para diversas unidades e áreas do conhecimento em diferentes cidades do Estado, uma vez que muitos professores estão trabalhando como designados para a função na qual já foram aprovados no concurso público daquele ano, sem, contudo, ter a segurança jurídica do pleno exercício de seu direito como servidor público. (– À Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos da Decisão da Mesa de 24/3/2021.)

Nº 7.694/2021, do deputado Bartô, em que requer seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG – e à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que sejam sanados os vazamentos da rede de esgoto do Bairro Cabral, que tem desaguado no Córrego Tapera. (– À Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos da Decisão da Mesa de 24/3/2021.)

Nº 7.695/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que seja garantido aos acautelados no presídio regional de Montes Claros o direito à comunicação externa, bem como seja publicado o planejamento com datas e horários em que as videochamadas e ligações telefônicas serão realizadas. (– À Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos da Decisão da Mesa de 24/3/2021.)

Nº 7.696/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o projeto Mãos Dadas, de iniciativa da Secretaria de Estado de Educação, que busca fortalecer o regime de cooperação entre Estado e municípios mineiros no atendimento educacional. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.697/2021, do deputado Gil Pereira, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento, em 12/4/2021, de Américo Martins Filho, jornalista e empresário de Montes Claros. (– À Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos da Decisão da Mesa de 24/3/2021.)

Nº 7.698/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares pela brilhante atuação na ocorrência, em 9/4/2021, em que impediram uma ação em que duas gangues do tráfico de drogas se uniram para matar dois integrantes de desafetos pertencentes a gangues rivais, quando eles saíssem da Penitenciária Francisco Floriano Peixoto, localizada no distrito rural Vila Nova Floresta, e que resultou na prisão de sete homens e na apreensão de seis armas de fogo, uma granada e uma armadilha de pregos para furar pneus de carros. (– À Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos da Decisão da Mesa de 24/3/2021.)

Nº 7.699/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o projeto do governo do Estado que prevê a criação de unidades regionais de saneamento básico em Minas Gerais e que está sob a coordenação dessa pasta, especificamente sobre o passo a passo e os estudos já realizados para viabilizar a criação e a estruturação dessas unidades. (– À Mesa da Assembleia.)

Comunicações

– É também encaminhada à presidência comunicação do deputado Sávio Souza Cruz.

Oradores Inscritos

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, senhores colegas deputados e deputadas que nos acompanham agora pela TV Assembleia, público que está nos acompanhando das respectivas casas. Sr. Presidente, hoje, pela manhã, durante a fase de declaração de voto, ouvimos o colega deputado Alencar da Silveira Jr. se referir a uma situação com que ele está muito incomodado, eu diria, algumas ações do governo do Estado. Dentre essas questões colocadas pelo deputado Alencar da Silveira Jr., ele usou a seguinte expressão: Que a Polícia Militar estava removendo uma série de veículos em blitz. Eu queria, presidente, esclarecer não só ao colega deputado Alencar da Silveira Jr. mas também aos demais colegas deputados e deputadas, primeiro, que a Polícia Militar de Minas Gerais sempre foi seguidora e cumpridora das leis. Portanto a Polícia Militar está atuando conforme determinação legal, até porque princípios da administração pública, que norteiam a administração pública, são diferentes do particular. Aquilo que não é proibido, para o particular, é permitido. A administração pública só pode fazer ou deixar de fazer se a lei assim determinar. O questionamento é que a Polícia Militar estaria apreendendo veículos, como também a gente ouviu e viu ao assistir a um vídeo elaborado também pelo colega deputado Cleitinho Azevedo, falando que a Polícia Militar estava fazendo blitzes em diversos locais do Estado. Olha, é bom deixar claro que a Polícia Militar está cumprindo uma lei. Em que pese, recentemente em 2020, no dia 3 de julho, foi sancionado um dispositivo, no art. 15, da Lei nº 23.631/2020, lei estadual, que diz o seguinte: O órgão competente poderá, na forma de regulamento... Vamos repetir aqui: o órgão competente poderá, poderá, na forma do regulamento. Inciso I: Estender o prazo de validade de documentos públicos estaduais cuja renovação e prorrogação demanda o atendimento presencial. Mais, especificamente, presidente, ao assunto. Inciso III: Suspender a exigência de apresentação do certificado de registro e licenciamento de veículo – CRLV – relativo ao exercício de 2020, enquanto perdurar o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19. Em relação também ao parágrafo único: Para comprovação de propriedade de veículo automotor, enquanto vigorar a suspensão prevista no inciso III, será considerado o CRLV relativo ao exercício de 2019.

Quero, aqui, esclarecer ao colega deputado Alencar da Silveira Jr. e ao colega deputado Cleitinho Azevedo que esse órgão competente chama-se Contran. Portanto um órgão federal cujo objeto aqui mencionado na lei não tinha qualquer efeito prático, porque você colocar numa lei estadual, que infelizmente foi aprovada por nós, da Assembleia, que o órgão competente poderá, na forma de regulamento... O órgão competente aqui se chama Contran.

A resolução que postergou a exigência desse documento de trânsito foi a Resolução nº 805, de 16/11/2020, mas a Portaria nº 2.084, de 1º/12/2020, dispõe sobre o restabelecimento dos prazos de processos e procedimentos abertos no Departamento de Trânsito de Minas Gerais, em consonância com a Resolução nº 805, de 16/11/2020. Ou seja, a partir dessa portaria do Contran, o Detran, em Minas Gerais, e os órgãos fiscalizadores passaram a exigir a documentação referente ao exercício 2020. Está aqui, eu estou de posse do documento, Sr. Presidente, que confere a legitimidade dos atos.

Eu não estou feliz. Muito pelo contrário, eu quero aqui deixar claro aos colegas deputados e deputadas que eu não gostaria de ver a Polícia Militar fazendo apreensão de veículos de ninguém neste momento de pandemia, porque realmente é um momento muito delicado e um momento difícil do ponto de vista social. Eu quero deixar isso aqui claro para o ilustre deputado Alencar da Silveira Jr. e para o deputado Cleitinho também, que andou alardeando aos quatro cantos do Estado com o seu vídeo. A Polícia Militar está cumprindo a lei, a Polícia Militar só faz o que a lei determina, porque é um órgão da administração direta do Estado de Minas Gerais – caso contrário, ela estaria sendo omissa no cumprimento da sua missão –, mas se houver, por parte do governador, uma ordem contrária para que a Polícia Militar deixe de atuar, deixe de realizar essas blitzes, aí essa ordem terá que vir diretamente do governador do Estado. Caso contrário, ela continuará cumprindo a lei.

É óbvio que eu, particularmente, estou muito sensível à matéria. Por quê? Porque a gente entende este momento. Este momento é de gravidade no que diz respeito à saúde pública não só no Estado, mas no Brasil e no mundo, e a gente sabe das dificuldades. O que não pode é a gente tentar denegrir ou fazer uma cobrança da instituição Polícia Militar por ela estar cumprindo a

lei. Então, vou repetir novamente: se os colegas deputados e deputadas não querem ou entendem que, neste momento, não seria de bom alvitre, não seria bom ou não é razoável a atuação da Polícia Militar em apreender veículos e conferir os documentos... Porque ela faz isso é no intuito de cumprir a lei, para prevenir e reprimir crimes que são praticados, inclusive com veículos automotores. Homicidas, traficantes, latrocidistas, todos eles utilizam veículos para a prática do crime. Então, à medida que a Polícia Militar faz essa fiscalização preventiva e vai conferir a documentação, ela, muitas vezes, está evitando o furto ou está combatendo o furto e o roubo, propriamente, de um veículo que foi roubado da própria população que paga seus impostos em dia.

Então, é bom que as pessoas e os colegas deputados e deputadas compreendam a atuação, a missão constitucional da Polícia Militar. Agora, se houver uma ordem expressa do governador do Estado, documentada, por escrito... Porque nós, que somos agentes públicos, falamos é através de documentos, nós não falamos apenas. As palavras vão ao ar. Então, é bom – estou aqui acompanhando e vendo as imagens do nosso companheiro, o deputado Mauro Tramonte – que ele possa repercutir isso. A Polícia Militar de Minas Gerais atua em conformidade com a lei. Nenhum policial militar que está na rua está feliz em fazer uma apreensão de um veículo por falta de licenciamento. Mas a lei assim o determina. E o órgão competente que emanou essa lei para todos os estados chama-se Contran, órgão esse em que os deputados estaduais, deputados e deputadas, não têm condições de atuar diretamente, porque está em nível federal.

Feitas essas explicações, eu queria aqui conchamar o deputado Alencar da Silveira Jr., que trouxe três assuntos – três assuntos – na sua declaração de voto hoje, na votação pela manhã... Ele falou das apreensões dos veículos, falou da energia elétrica, do corte de luz, do que aconteceu ontem com uma senhora em um bairro da região Norte de Belo Horizonte e também trouxe questões de socorro aos micro e pequenos empresários e comerciantes.

Deputado Alencar da Silveira Jr., V. Exa. sabe o tanto que eu estou cobrando isso aqui do presidente Agostinho Patrus. Talvez eu seja o único deputado desta Casa que tem insistido para que o Plenário volte a funcionar e que outros projetos de outros deputados e deputadas também tenham a mesma, eu diria, importância de outros projetos que estão sendo aprovados. Então, deputado Alencar da Silveira Jr., se o governo não está cumprindo bem o seu papel, é por omissão também da Assembleia, que está fechada. Uma vez que a Assembleia fecha o Plenário, a Assembleia fecha o trabalho de suas comissões permanentes, eu questiono aqui, deputado Mauro Tramonte, como o Poder Executivo será fiscalizado pelo Legislativo, se nós estamos de pé e mão atados? É necessário que o Plenário funcione minimamente, é necessário que as comissões permanentes voltem a funcionar.

Deputado Mauro Tramonte e deputado Carlos Henrique, nós não somos promotores, juizes, desembargadores, conselheiros do Tribunal de Contas e defensores públicos, que têm cargos vitalícios. Eles não atendem à população diretamente, igual um deputado ou uma deputada atende. Eles não recebem o clamor da população, igual nós recebemos, deputado Zé Reis. O deputado Zé Reis, lá do Norte de Minas, o deputado Mauro Tramonte, o deputado Carlos Henrique, todos nós somos acionados diretamente cobrando uma execução de políticas públicas importantes. Mas eu pergunto, deputado Mauro Tramonte, se V. Exa. não pode aportar um requerimento numa comissão, realizar uma audiência pública, chamar o secretário de Estado, cobrar, apertar, questionar, como essa política pública vai acontecer?

Então esse é um problema que o nosso presidente Agostinho Patrus precisa nos ajudar a resolver. A Assembleia não pode funcionar de forma semelhante a outros órgãos e Poderes da administração pública, porque nós temos aqui um diferencial enorme. O deputado está tête-à-tête com o cidadão, o deputado recebe demandas cotidianamente, seja do prefeito, seja do vereador, seja do líder comunitário, seja dos próprios servidores públicos, deputado Mauro Tramonte. Imaginem, um policial militar, um policial civil, um policial penal que está na ponta da linha, cuja política pública por parte do governo não está a contento, vai bater onde? Vai cobrar de quem? Ele vai cobrar de nós representantes legítimos do povo.

Agora, se a Assembleia continua com o Plenário fechado, projetos importantíssimos de diversos deputados não são apreciados. Se as comissões permanentes estão fechadas, nós não podemos exercer, deputado Zé Reis, o nosso controle dos atos do

Poder Executivo, nós não podemos chamar aqui um secretário e questioná-lo publicamente: "Secretário, por que na região Norte está faltando isso? Por que no município tal não chegaram tantas doses de vacina? Por que estão faltando tantos respiradores? Por que a política pública, seja da saúde, da educação, da segurança, do meio ambiente, do transporte público não está sendo feita a contento pelo governo do Estado?". Se nós continuarmos aqui, deputado Mauro Tramonte, de pé e mãos atadas, sem poder exercer o nosso papel, eu tenho certeza de que nós seremos cobrados veementemente por aqueles que elegeram os deputados e deputadas. Papel de deputado não pode ser comparado ao de promotor, juiz, desembargador, conselheiro do Tribunal de Contas, que são cargos vitalícios. Nós passamos pelo crivo das urnas de quatro em quatro anos e, para isso, nós precisamos exercer o nosso papel. E, para exercer o nosso papel...

O deputado Bartô (em aparte) – Vou ser muito breve aqui, para não atrapalhar a fala do Sargento Rodrigues. Estivemos aí na semana passada, Rodrigues, eu, você e alguns deputados, totalizando oito deputados, pedindo que o presidente realmente abra a Assembleia, porque a cobrança está muito grande. Muitas pessoas estão pedindo para a gente resolver questões, pressionar que projetos passem. Há a própria questão de volta às aulas, que é uma urgência, uma emergência para as nossas crianças, mas a Assembleia, sem comissão funcionando, não funciona direito, e, com isso, a gente fica com mãos atadas.

Então hoje a minha maior súplica é realmente ao presidente da Assembleia, para que possa abrir a Assembleia, para que ela possa funcionar normalmente. Espero que segunda-feira que vem já esteja funcionando. E, Rodrigues, vamos continuar essas nossas conversas, para poder trabalhar em prol disso. Um abraço. Obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente.

O presidente – Sim, deputado.

O deputado Sargento Rodrigues – Vou pedir a V. Exa. que a assessoria técnica não deixe o microfone mudo de quem tem a palavra. Eu concedi um aparte, então é como se eu estivesse na tribuna. Então, na hora que ele terminasse, eu voltaria a palavra. Essa preocupação exacerbada da nossa assessoria técnica está nos atrapalhando. Nós já estamos longe do Plenário, nós já não podemos ter a mesma mobilidade dentro do Plenário, e a assessoria técnica cria esse obstáculo; é muito ruim. Peço a V. Exa. que oriente a nossa assessoria técnica.

Mas concluo, presidente, dizendo o seguinte: deputado Mauro Tramonte, Zé Reis, Bartô, se a Assembleia não for reaberta minimamente, para que Plenário e comissões voltem a funcionar, a Assembleia poderá pagar um preço altíssimo, muito em breve, por falta da sua atuação e por falta de cumprir o seu papel. O papel da Assembleia deve ser compartilhado com o conjunto dos 77 deputados. Os 77 deputados devem ser partícipes desse trabalho da Assembleia porque, senão, nós ficamos de pés e mãos atados. Muito obrigado, presidente.

O deputado André Quintão – Presidente, deputado Carlos Henrique, deputadas, deputados. Queria novamente externar a profunda tristeza pelo falecimento do consultor legislativo Diogo, companheiro da nossa também funcionária da Assembleia, Marcela Marinho, pessoa de 39 anos, com carreira brilhante, levado pela Covid. Tenho certeza de que essa consternação é de toda a Assembleia, de todos os seus servidores e servidoras. Nós falamos das mortes por Covid todos os dias. Dados assustadores, mais de 350 mil mortes no País, mais de 28 mil mortes em Minas Gerais, outras milhares em Belo Horizonte. Mas essas mortes se materializam em pessoas – em familiares, em amigos, em colegas de trabalho. Como também perdemos, recentemente, os ex-deputados Ivair, Pinduca. Então acho que isso leva a uma reflexão sobre um conjunto de medidas que já deveriam estar sendo tomadas em nosso País, infelizmente governado por um presidente que desconsiderou a ciência, desconsiderou o drama das pessoas, que não teve sequer, e não tem, compaixão por essas milhares de pessoas que se foram e as que ficaram sem os seus parentes, amigos. Então é com muita tristeza que a gente participa, já desde cedo, das atividades da Assembleia.

Queria reiterar que a Assembleia pode, sim, cumprir o seu papel constitucional de fiscalização, legislativo, lógico que com limitações, mas sem o funcionamento presencial. Exercer as atribuições da Assembleia não significa necessariamente, no meio desta

pandemia, sem vacina, expor servidores, deputados e o público que for à Assembleia a um risco maior. O presidente Agostinho Patrus já demonstrou isso em várias situações. Esta semana mesmo nós votamos um veto de maneira remota. Então, não concordo com essa ideia transmitida de que, para Assembleia cumprir o seu papel de fiscalização, tem que ter o funcionamento pleno de comissões presidencial. Nós podemos fazer o funcionamento de comissões de maneira remota.

Queria, exatamente, abordar esse assunto, mas não sem antes, mais uma vez, expressar à Marcela, a sua família e a família do Diogo toda a nossa solidariedade.

O segundo ponto é muito vinculado a esse. Se nós estamos vivendo esse genocídio no Brasil, é em função exatamente, entre outras coisas, da ausência da vacina. Eu queria focar hoje, nessa tarde, nesse assunto.

Hoje, pela manhã, nós tivemos uma importante reunião especial. Uma reunião especial com a reitora da Universidade Federal, a Profa. Sandra Regina Goulart, tratando, exatamente, da possibilidade de Minas Gerais ter uma vacina. A UFMG está desenvolvendo uma vacina, que está nas fases 1 e 2. Essa vacina desenvolvida pela nossa Universidade Federal é uma das três em estágio mais avançado, em nosso país. Ela poderá ser produzida pela Funed, uma fundação estadual.

Hoje pela manhã, foi lançado um desafio. Minas pode ter vacina desenvolvida pela UFMG e produzida pela Funed. Temos consciência de que a Assembleia tem também o seu papel. O presidente deputado Agostinho Patrus externou uma hipótese, uma proposta, um compromisso que tem o meu total apoio e, tenho certeza, da maioria dos deputados e deputadas. Para este ano, para concluir as fases 1 e 2, a UFMG precisa de R\$30.000.000,00. Nós estaremos em breve analisando o projeto relativo ao acordo da Vale, de R\$11.000.000.000,00. Nós temos que apresentar, liderados pelo presidente, mas com o aval de todos os deputados e deputadas, emenda nesse projeto, para que a gente possa destinar esses R\$30.000.000,00, em 2021, para que a gente possa, no final do ano, ao discutir o orçamento para 2022, ao discutir a revisão do plano plurianual, garantir recursos para a fase 3, no ano que vem. O Estado, o governador já deveria ter tomado essa atitude.

Eu me lembro que, há praticamente um mês, naquela audiência com o ex-secretário de saúde, Carlos Amaral, fiz esta pergunta: como estavam as tratativas do governo de Minas com a UFMG? Naquele momento, a resposta do secretário foi: "Eu liguei para a reitora, estou tentando me reunir com ela". Olha, esse era um assunto para o governador ter tratado diretamente, já há muito tempo; era para o governador chamar os seus secretários da Fazenda e do Planejamento e dizer: "Olha, preciso de R\$30.000.000,00, porque nesse momento a vacina é prioridade absoluta".

Agora, além desse apoio financeiro para a UFMG, é absolutamente fundamental que a gente garanta a produção aqui, em Minas, porque senão, daqui a pouco, instituições de outros estados ou multinacionais vão se habilitar, e Minas vai perder esse protagonismo. Mas, para isso, o governador tem que abrir mão do seu preconceito ideológico de que o Estado não pode produzir vacina. A questão ideológica não pode atrapalhar uma questão sanitária e de defesa da vida. A Funed tem que ser fortalecida, já tem que tomar providências.

Hoje a reitora relatou que se iniciam conversas nesse sentido para adequar, para criar condições, na sua planta industrial, de produção dessa vacina, já que esta é a solução. Nós precisamos, neste momento, de intensificar a vacinação. E a vacinação não se esgota este ano. Nós teremos campanhas permanentes, campanhas regulares e temos que torcer muito para que essas vacinas não sejam ultrapassadas por novas cepas. Então, é fundamental...

O presidente – Deputado, desculpe-me interrompê-lo, mas há um registro de pedido de aparte do deputado Sargento Rodrigues.

O deputado André Quintão – Ao final, presidente, quando estiver faltando 2 minutos, eu terei o maior prazer em conceder o aparte. Neste momento, é muito importante que a Assembleia cobre do governo de Minas essa parceria, essa possibilidade. Nós temos aqui uma universidade, que está em fase adiantada de desenvolvimento de uma vacina, e temos uma fundação que pode produzir essa vacina. Nós não vamos aqui ficar esperando o ano que vem para passar o recurso para a UFMG. Nós temos uma oportunidade agora.

Essa tragédia criminoso da Vale gerou esse acordo, e nós teremos aqui o poder de remanejar recursos para as prioridades que a Assembleia assim definir.

O presidente, hoje, pela manhã, foi muito enfático: a Assembleia vai abraçar essa parceria. Não é hora, por exemplo, de o governo do Estado querer gastar dinheiro para formatar processo de fusão da Funed com o Hospital Eduardo de Menezes, com a Escola de Saúde Pública. Agora é o momento de injetar recurso, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais. Se a gente estivesse num outro governo federal, num governo, como foi o governo Lula, o governo Dilma, que ampliou os recursos para as universidades, com certeza a universidade já teria recurso para essa iniciativa. Fora que o governo federal está cortando recursos para as universidades. Então, nessa condição é fundamental que o Estado priorize o recurso para que essa pesquisa se desenvolva o mais rápido possível e que prepare a Funed para que, em acordo com a universidade, possa se ocupar da produção, porque agora nós temos o curtíssimo prazo para emergência do atendimento, dos leitos de UTI, das enfermarias.

Temos que ter as medidas de prevenção, de isolamento, de distanciamento social, acompanhadas de iniciativas de recuperação econômica e social. E a Assembleia inicia agora, na quinta-feira, as reuniões regionalizadas remotas para discutir o projeto Recomeça Minas, mas precisamos da vacina. Como estamos cobrando do governo federal e agora estamos cobrando do governo estadual, é muito grave nós termos quase que implorar para que o Estado de Minas Gerais estabeleça uma parceria efetiva com a Universidade Federal de Minas Gerais.

Nós temos a chance de ver Minas Gerais ter o protagonismo na produção da vacina. E a vacina salva vidas, a vacina é a medida preventiva; e, enquanto não houver a vacina, o isolamento e o distanciamento acompanhados das medidas de proteção social. A gente sabe que o vírus é para todo mundo, mas quem mais sofre são as pessoas mais pobres, são as que mais morrem, são aquelas que muitas vezes têm dificuldade de fazer o isolamento e o distanciamento.

Então eu queria aqui relatar – muitos deputados e deputadas acompanharam – a importância dessa reunião especial de hoje, conduzida pelo presidente, requerida pela nossa presidenta da Comissão de Educação, deputada Beatriz Cerqueira e que contou com a presença da Profª. Sandra Regina, da UFMG, a reitora, que abriu caminhos e apontou alternativas.

Agora nós não temos que ficar discutindo modelagem de funcionamento de centro de controle, como no projeto que está tramitando na Assembleia. É hora, neste momento, de auxiliarmos a UFMG no desenvolvimento da vacina e de prepararmos a Funed para a sua produção.

Com prazer, concedo aparte ao deputado Sargento Rodrigues.

O presidente – Já não há mais tempo, deputado André Quintão. Esgotou seu prazo; então encerro aqui a sua participação. Perdoe-me, deputado André Quintão, por não lhe dar mais tempo para a finalização do seu discurso, a não ser que o senhor queira 1 minuto para finalizá-lo.

O deputado André Quintão – Então me desculpe, deputado Sargento Rodrigues. V. Exa. sabe que sempre tenho a prática de conceder aparte a todos os deputados e deputadas, independentemente do assunto e do posicionamento. Mas tenho certeza de que, na fala de outros deputados, V. Exa. terá oportunidade.

Muito obrigado, deputado Carlos Henrique. Terminei dizendo isto: um desafio hoje foi lançado. Minas vai ter vacina desenvolvida pela UFMG e produzida pela Funed, e a Assembleia pode contribuir muito para isso. Grande abraço.

O presidente – Obrigado, deputado André. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Zé Reis.

O deputado Zé Reis – Sr. Presidente, nobres colegas e todos que nos assistem, neste momento, pela TV Assembleia. Sr. Presidente, venho aqui, na primeira hora, trazer uma preocupação que vem dos profissionais de saúde. Assim como mais cedo, em todas as reuniões, há sempre uma homenagem a esses bravos profissionais, dedicados profissionais de saúde. Não diferente, neste momento, venho trazer uma preocupação no que tange à vacinação. Vacinação essa que, para efeito de sistema, já consta terem 99%

dos profissionais de saúde no Estado de Minas Gerais recebido a vacinação. Por isso o próprio Estado parou de enviar a chamada primeira dose – D1 – a esses profissionais agora na 11ª e na 12ª remessas.

Informações trazidas pelo presidente do CRO-Minas Gerais, do Conselho Regional de Odontologia, o Dr. Raphael Castro, apontam-nos um problema lá no Cnes: uma referência da vacinação da gripe influenza do ano de 2020. Isso está provocando um problema. Um exemplo claro é na capital do Norte de Minas. Como na entrevista da secretária Dulce, há uma defasagem de 14 mil doses para esses profissionais. Ou seja, nós temos um cadastro previsto no Cnes do Ministério da Saúde muito aquém da realidade. E aí nós estamos com educadores físicos, com as nossas academias necessitando serem reabertas. Mas como reabri-las, uma necessidade das nossas academias, sem os profissionais serem imunizados? E os nossos fisioterapeutas, principalmente os fisioterapeutas pulmonares, que têm de dar seguimento ao tratamento daquele paciente que saiu de Covid? Mas, como, se ele não está imunizado? Da mesma forma, os nossos médicos, especialmente da rede privada. Hoje 60% dos nossos dentistas no Estado de Minas Gerais – apenas 60% – foram vacinados.

Então, aqui eu quero reiterar o meu pedido, inclusive, na oportunidade, trazer à pauta o Projeto de Lei nº 924/2019, projeto de lei que permite a presença do profissional cirurgião-dentista lá dentro da UTI. Quantos de nós não conhecemos alguém que está entubado, que está em estado vegetativo? Quantos de nós não conhecemos esse paciente que tem lá uma cárie, um dente estragado? E quem está fazendo a limpeza? Ou seja, essa impureza, naturalmente do próprio corpo, está indo para onde? Para o pulmão, que é o principal órgão prejudicado neste momento. Então, eu venho aqui reiterar, o que já é uma oportunidade, dando, permitindo um aparte ao grande e dedicado deputado Sargento Rodrigues na ideia de trazermos esse projeto voltado a essa pauta da Covid, voltado ao cuidado do nosso cidadão mineiro, para que seja votado. Projeto esse, inclusive, já votado pela Comissão de Constituição e Justiça e já em plenas condições de ser votado em Plenário.

Sargento Rodrigues, com o senhor, o aparte.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – Quero agradecer ao ilustre deputado Zé Reis. Deputado Zé Reis, V. Exa. traz aqui – eu diria – um direcionamento à minha própria fala. V. Exa. traz a importância de uma matéria a ser pautada. Mas, para ser pautada, os demais têm que ser partícipes, como é o caso de V. Exa. e de outros colegas deputados e deputadas. Existem muitos, dezenas de projetos muito importantes, Sr. Presidente, deputado Carlos Henrique, que precisam ser pautados. O que nós não podemos é ficar do jeito que estamos.

Eu queria muito que o deputado André Quintão estivesse me ouvindo, até porque eu pedi um aparte a ele, mas não foi possível; e ele concluiu o seu raciocínio. Olha, desde o início da pandemia, aqui a gente assiste a como é que tem funcionado o processo legislativo. Mas, antes de adentrar nesse ponto, deputado Zé Reis, eu queria deixar claro ao deputado André Quintão que nós, nenhum de nós que pleiteamos ao presidente Agostinho Patrus a reabertura dos trabalhos, fizemos de forma, deputado Mauro Tramonte, irresponsável. Nós solicitamos que o Plenário volte a funcionar minimamente com protocolos rígidos, com todo o cuidado que precisa ser tomado. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, deputado Carlos Henrique: nós solicitamos ao presidente que retome o trabalho das comissões com apenas o presidente da comissão presente. Por quê? Porque é muito claro, deputado Zé Reis: se a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Fura-Filas da Vacinação pode funcionar com o presidente, o deputado relator, a pessoa que está sendo ouvida... Sem falar, deputado Zé Reis, que há poucos dias, na semana passada, eu fiz um registro: nós tínhamos seis servidores efetivos lá na comissão, e havia mais outros cinco servidores de recrutamento amplo, assessores de deputados. Nós não estamos pedindo isso, deputado Zé Reis, nós queremos que o presidente da comissão possa ter acesso, assentar lá no plenarinho, e a sua comissão possa funcionar para dar vazão a requerimentos, para dar vazão a audiências públicas importantes e às demandas do Estado.

Então, esse é o primeiro ponto que nós queremos deixar claro para o líder da oposição, deputado André Quintão: nós estamos solicitando ao presidente algo factível, algo cujo modelo já está funcionando. Se a CPI dos Fura-Filas pode funcionar com o

número mínimo, por que as demais comissões não? É possível, sim, fazer um trabalho intercalado de dias, de momentos; um trabalho por meio do qual nós consigamos fazer com que as comissões funcionem, nem que seja fazendo um espaçamento de tempo, deputado Zé Reis; pelo menos, uma vez de 15 em 15 dias, ou uma vez a cada 3 semanas, mas que seja algo que nos permita exercer minimamente o mandato. Então, nós concordamos com uma tomada de decisão em favor de um trabalho mínimo.

Por outro lado, eu queria deixar aqui registrado, deputado Zé Reis... E é uma pena que o deputado André Quintão não esteja nos ouvindo. Talvez, para ele, seja mais fácil, mais tranquilo porque, desde o início da pandemia, no ano passado, o protagonismo tem ficado nas mãos de um grupo muito pequeno, como é o caso dele como líder; ele foi, por exemplo, relator, foi indicado relator da CPI de Brumadinho. Então, a gente percebe claramente que um grupo muito pequeno são relatores de matérias importantes, e os demais deputados e deputadas ficam à margem do processo legislativo. Eu queria deixar isso muito claro, deputado André Quintão, a V. Exa. que já voltou às câmeras, porque nós queremos que os demais colegas deputados e deputadas sejam partícipes. Nós queremos que a Assembleia Legislativa funcione com todos os cuidados, com protocolos rígidos já estabelecidos, no modelo, por exemplo, em que funciona a CPI dos Fura-Filas. Se a CPI dos Fura-Filas pode funcionar, por que uma outra comissão não pode?

Nós já estamos no mês de abril, deputado Zé Reis, e até hoje nenhuma comissão permanente funcionou. O Parlamento não é ocupado por agentes públicos de cargo vitalício como o Ministério Público, o Judiciário e o Tribunal de Contas. Nós precisamos prestar contas à população; nós devemos satisfação a quem nos confiou seu voto e, para isso, precisamos dos instrumentos mínimos para poder cobrar. Eu vejo aqui diversas reclamações como a do deputado André Quintão. Ele reclama do Executivo, mas qual é o instrumento que tem para cobrar? Se ele estivesse aqui com a comissão funcionando, convocaria um secretário de Estado.

Então fica aqui, deputado Zé Reis... Parabéns a V. Exa. Precisamos que mais projetos importantes venham à pauta e precisamos retomar o trabalho minimamente, com protocolos rígidos de segurança sanitária, mas com a participação do conjunto dos deputados e das deputadas. Muito obrigado.

O deputado Zé Reis – Sim, Sr. Presidente. Então, nesta oportunidade, venho aqui reafirmar que o problema de vacinação... Venho aqui externar os meus parabéns a todos os servidores da Secretaria de Estado de Saúde na pessoa do nosso secretário e de toda a equipe, sempre muito atenta e prestativa; e prova disso é que o nosso Norte de Minas está sendo homenageado com a presença do governador agora, nesta sexta-feira. Com todas as dificuldades, o governador está vindo a campo para olhar, poder ouvir. E o problema que está acontecendo neste exato momento no Norte de Minas está também acontecendo em Uberaba, Uberlândia, Alfenas, Juiz de Fora, enfim, em todo Estado de Minas Gerais, por um erro de um cadastro do Cnes no ano de 2020.

Portanto, Sr. Presidente, só para terminar, eu gostaria de encaminhar, fazendo a seguinte solicitação: que o estado de Minas Gerais possa, imediatamente, fazer a remessa das doses da reserva técnica aos municípios até que todos esses profissionais de saúde sejam imunizados e que, paralelamente a isso, seja oficiado o Ministério da Saúde para que autorize o recálculo desses profissionais de saúde que estão fora do Cnes, afinal de contas são profissionais que estão ajudando os hospitais; são profissionais que, apesar de estarem no Programa Nacional de Imunizações, estão para trás. Então, é uma questão de justiça fazermos esse paralelo de o Estado liberar reserva técnica e o ministério rever essa forma de cálculo, esse dado de referência que está, no ano de 2020, numa vacinação da influenza. Agora, é a Covid, é totalmente diferente, não é uma simples influenza, uma gripe que, naquela ocasião, fez um senhor estrago e ainda está fazendo nos dias de hoje. A Covid é outro tipo de doença. Hoje os dados apontam que 99% desses profissionais estão imunizados, o que não condiz com a realidade e é muito grave, porque esses profissionais estão em seus consultórios consultando; esses profissionais estão cuidando de vida, cuidando de gente; estão com suas academias fechadas, muitas delas, justamente porque... Outros estão trabalhando de forma individual, mas correndo o risco da própria vida para permitir salvar outras vidas. Então é um tema importante, urgente e necessário de trazer aqui.

Também dou parabéns ao Sargento Rodrigues pelo aparte, mas hoje me concentrarei nesse agradecimento à Secretaria de Saúde, sempre muito atenta, sempre muito cuidadosa, especialmente com o Norte de Minas – e aí a presença do nosso governador

Romeu Zema; mas estamos com um problema técnico, um problema que envolve o Ministério da Saúde. Enquanto o Ministério da Saúde não resolver o recálculo, essa liberação para acrescentar esses profissionais que estão fora do cadastro do Cnes, solicito que permita a liberação justamente da nossa vacina que está na reserva técnica. É algo totalmente plausível e necessário; da mesma forma prevê, inclusive, a Deliberação CIB nº 3364, nesse sentido da imunização desses profissionais.

No mais, meu tempo já está limitado. Deixo meus parabéns pela condução ao deputado Carlos Henrique, presidente nesta ocasião. Um grande abraço.

O presidente – Outro grande abraço, deputado Zé Reis. Convido agora a deputada Ana Paula Siqueira, esperando que ela já possa ter corrigido o problema técnico aí de áudio. Deputada. Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Ana Paula Siqueira.

A deputada Ana Paula Siqueira – Essa é a nossa vida, presidente, agora se ajustando a todas as tecnologias.

Primeiramente, boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todo povo mineiro que nos acompanha, nossa equipe técnica da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Fiquei muito impactada com a mensagem trazida hoje pelo nosso presidente, na parte da manhã, comunicando o falecimento do servidor Diogo. Quero aqui manifestar toda a minha solidariedade à família do Diogo, à esposa, nossa servidora Marcela. Quero dizer das melhores lembranças que tenho do Diogo nos auxiliando na Comissão de Constituição e Justiça. A gente fica, de fato, muito impactada. Infelizmente, todos os dias a gente tem notícias de muitos óbitos, mas, numa realidade tão próxima a nós, mexe muito e chama muito a nossa atenção para a responsabilidade que todos nós temos nesse processo de enfrentamento à pandemia.

Eu quero aproveitar a oportunidade para somar-me também à fala do meu colega deputado André Quintão, que trouxe a importante discussão das vacinas. Também quero manifestar toda a minha alegria de ter assistido, na parte da manhã, à apresentação da UFMG, através da nossa reitora, professora Sandra, que nos trouxe as melhores perspectivas para a vacina aqui no Estado de Minas Gerais.

Quero dizer, deputados e deputadas, que, indiscutivelmente, a vacina precisa ser disponibilizada o quanto antes para toda a nossa população. Nós precisamos, sim, da vacina; precisamos da nossa população imunizada, mas nós também precisamos agir diante da fome, que também mata. Nós estamos já, há algumas reuniões de Plenário, circundando esse assunto da fome. Na semana passada, vários colegas deputados falaram dos donativos, das doações de alimentos nas comunidades.

Mas quero destacar que protocolei o Requerimento nº 7.689 na Assembleia, cobrando ao governo que cumpra a Lei nº 23.631/2020, lei esta que elaboramos, lei do conjunto dos deputados e deputadas desta Casa, que prevê e dá ao governo várias diretrizes para a superação deste momento de pandemia. Uma das diretrizes, muito bem registrada nesta lei, é a previsão da renda mínima temporária para os grupos mais vulneráveis, e quero destacar aqui, dentro desses grupos vulneráveis, as mães solas, chefes de famílias em situação de pobreza, as catadoras e os catadores de materiais recicláveis, as comunidades quilombolas e indígenas, os artesãos, e todas as pessoas que precisam desse auxílio para garantir a dignidade de ter comida no prato.

A fome também mata, a pandemia tem essa letalidade toda a que estamos diuturnamente assistindo, mas não podemos deixar essas famílias desassistidas. Tenho percebido, presidente, que o governo tem sido omissivo. O governo não tem tomado atitudes objetivas, de modo que chegue a essas famílias a segurança alimentar, ou de modo que ele cuide, de verdade, da segurança alimentar da nossa população. Aliás, há cerca de um mês, o governador do Estado de Minas Gerais fez um pronunciamento dizendo que ia estudar as alternativas de assistência social para essas famílias, mas, até o momento, não foram apresentadas, objetivamente, quais seriam essas soluções, e continuamos com o crescente da vulnerabilidade e do empobrecimento no Brasil.

O governo de Minas não pode se omitir. Precisamos que essa lei seja cumprida na busca da garantia da segurança alimentar dessas famílias. Durante algum tempo, e o deputado André Quintão até ressaltou isso aqui, escutamos falar que a pandemia é

democrática porque atinge a todos, não é? Mas isso não é verdade. Os mais vulneráveis têm sido cada vez mais prejudicados nesse processo. Estamos falando de dados consistentes e frutos de pesquisas elaboradas por muitos estudiosos.

Aliás, eu queria destacar aqui a pesquisa apresentada pelo Instituto Data Favela, do mês de fevereiro, que mostrou que 70% da população de favela já passou por alguma situação de não ter dinheiro para comprar comida. Há ainda uma pesquisa mais recente, que tem inclusive a UFMG como parceira, que mostrou que, de cada 10 brasileiros, 6 vivenciam alguma situação de insegurança alimentar, e que essas famílias que passam pela questão da insegurança alimentar reduziram a quantidade de alimentos a serem comprados e também diminuíram muito, diminuíram drasticamente a qualidade desses produtos. Estamos falando de pesquisas realizadas quando ainda existia o auxílio emergencial de R\$300,00, e agora que temos um auxílio irrisório, que atende a pouquíssimas famílias, no Estado de Minas Gerais também temos a ausência completa do Estado.

Precisamos, presidente, deputadas e deputados, estar atentos a esse aspecto, que é um aspecto grave. Quero destacar que estamos acompanhando os estudos que registram o aumento da extrema pobreza. As pessoas estão vivendo com R\$89,00 por mês, e isso é um absurdo, porque todos sabem que R\$89,00 não dá nem para comprar um botijão de gás, e não podemos ficar inertes diante dessa realidade.

Então eu queria registrar aqui esse pedido, esse requerimento que está protocolado, um pedido de aprovação das deputadas e dos deputados, a fim de que o governo do Estado de Minas possa acelerar esse processo e atender a necessidade da nossa população.

Quero também, presidente, antes de conceder aparte ao deputado Cristiano Silveira, destacar que uma de minhas outras preocupações diz respeito à questão do saneamento básico e da garantia de água para a nossa população. Vou passar o aparte ao deputado Cristiano Silveira, dizendo que, como coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa do Saneamento Básico e da Saúde Pública, não podemos deixar de fazer esse pronunciamento, na data de hoje, porque o assunto é tão sério quanto a questão da fome e também mata.

Deputado Cristiano Silveira, concedo-lhe aparte.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte) – Ana Paula, boa tarde. Obrigado pelo aparte, obrigado pelo pronunciamento. São dois temas que você traz que são muito importantes, muito importantes e sobre os quais a gente precisa conversar aqui, na Assembleia, com os colegas. Uma boa tarde aos colegas parlamentares, presidente. Ana Paula, a questão da fome, não é? O Brasil, lamentavelmente, volta ao mapa da fome. A Organização das Nações Unidas, a ONU, havia decretado que o Brasil tinha saído nos governos passados, principalmente do presidente Lula, do mapa da fome e da miséria no mundo, e de novo o Brasil está nesse mapa. Nós estamos falando aqui, gente, de cerca de 120 milhões de pessoas que já estão vivendo em condição de insegurança alimentar, em torno de 600 milhões de pessoas que estão em miséria. É isso mesmo. O Brasil volta ao mapa da fome, volta à miserabilidade, ao desemprego. Nós estamos com mais de 14% no índice de desempregados no nosso país. Então o brasileiro, além de ter que conviver com o drama da covid-19, o drama sanitário, o drama de saúde; ter que enterrar os seus entes queridos; ter que perder os seus entes, seus filhos, pais, irmãos, familiares, maridos, esposas, tem que enfrentar ainda a questão de uma crise alimentar tão grave, tão grave. Então eu acho que os governos que têm o mínimo de compromisso com o seu povo, especialmente com os mais pobres, devem estabelecer como prioridade da sua atuação, evidentemente, enfrentar a pandemia com investimento na saúde, exigindo a vacina, cuidando das pessoas, dos trabalhadores e servidores, mas, na outra ponta, devem cuidar do que é mais dramático neste momento: quem não tem o que comer.

Eu vejo, às vezes, os colegas aqui, Ana Paula, falando: "Ah, mas, para a gente que é deputado, é muito fácil; o nosso salário está em dia". Entretanto, os mesmos que dizem para a gente: "É muito fácil, o salário está em dia" não têm posturas veementes de cobrança aos governos, seja federal, seja governo do Estado, para que criem políticas de segurança alimentar, com transferência de auxílios emergenciais. Estamos vendo lá o Flávio Dino no Maranhão, que antecipou o décimo-terceiro para os servidores públicos; estamos vendo no Ceará o governador Camilo, com auxílio emergencial para os comerciantes, donos de restaurantes, auxílio botijão

de gás; então, enfim, que tipo de política nós queremos fazer para ajudar quem mais precisa? O que justifica o nosso papel neste momento? É por isso que eu conclamo todas as colegas e os colegas, deputados e deputadas, a fazer um diálogo com o governo do Estado, que não está deficitário, está tendo um superávit de arrecadação, para que ele também estabeleça uma política robusta para ajudar quem mais precisa no enfrentamento à fome. Nós, do PT, Ana Paula, estamos fazendo a campanha PT Solidário em todo o Brasil. Em Minas Gerais, estamos promovendo campanhas de arrecadação de alimentos, para ajudar as pessoas mais pobres nos municípios onde nós temos o partido organizado.

Você me desculpe estar tomando muito o seu tempo, mas eu preciso agora comentar rapidamente a segunda parte da sua fala, porque também, se a gente for analisar, trata-se de algum tipo de segurança alimentar, que é o acesso à água. Ana Paula, você que está coordenando a nossa Frente Parlamentar em Defesa da Água e do Saneamento, você que tem feito esse trabalho, você sabe o tanto que é fundamental as pessoas terem, ainda mais num momento de pandemia, a dignidade do acesso à água. Eu só quero corroborar a sua fala, porque me chamou a atenção. E nós até temos um requerimento – e os colegas são convidados a assinar – pedindo esclarecimentos ao diretor da Arsae, para que ele diga, para que ele fale do porquê da sua decisão enquanto diretor e da dos diretores, contrariando a recomendação da equipe técnica da Arsae sobre a segunda faixa de tarifa. E eu quero aqui rapidamente, com a sua paciência – e agradecendo a você por toda a tolerância –, rapidamente, fazer a leitura de um trecho pequeno de um documento que é, gente, do Instituto Democracia e Sustentabilidade e do Instituto Guayaquil, dois institutos que são Oscips de representação e referência nacional. Olhem o ofício que eles encaminharam ao diretor da Arsae – rapidamente aqui, Ana Paula. Vou ler só um parágrafo: "Não obstante, nos chamou a atenção a diretoria colegiada haver tomado uma decisão contrária à proposta de avanço encaminhada pela área técnica. Além disso, incluiu um elemento inexistente na proposta original e que limita o acesso a esse benefício dos usuários cujo consumo não supere os 20m³ por mês". Então, na verdade, estão retroagindo. Deixaram de avançar e estão retroagindo. "Não fomos capazes de identificar nem durante a transmissão da reunião nem pela leitura da Ata nº 120 qual poderia haver sido o embasamento técnico de tal decisão, que pode trazer impactos extremamente negativos para os usuários mais vulneráveis, justamente em um contexto de empobrecimento da população mais carente". Dois institutos de reconhecimento nacional encaminharam isso ao diretor da Arsae. Enquanto, Ana Paula, nós estamos pedimos, pelo amor de Deus, que os governos ajudem os mais pobres, pelo amor de Deus, olhe o que o governo Zema...

O presidente – Deputado, o seu tempo de aparte já se esgotou.

O deputado Cristiano Silveira – Obrigado, Ana Paula, pela paciência e pela tolerância. Espero que os colegas se sensibilizem com os mais pobres. Obrigado.

A deputada Ana Paula Siqueira – Presidente, só para finalizar, eu queria destacar que nós recebemos do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento Básico a preocupação trazida aqui pelo deputado Cristiano Silveira em relação à manifestação do presidente da Arsae, que nega, na verdade, um estudo feito pelos técnicos da Arsae, tratando da questão da tarifa social, ampliando o atendimento aos mais vulneráveis. Eu quero destacar, presidente, que, no dia 11/11/2020, o presidente Antônio Claret foi sabatinado aqui na Casa, e eu fiz inclusive um questionamento objetivo a ele perguntando – estou aqui inclusive com o material da própria Assembleia – se os estudos da agência sobre a tarifa social consideravam as necessidades da população. E o presidente, naquela ocasião, informou que a regra atual era 55% de desconto na tarifa para uma renda de até R\$500,00. Esses estudos mostram que 60% das famílias não eram atendidas por esse percentual, que as famílias continuavam com essa dificuldade. Então é lamentável que, diante de um estudo técnico, elaborado pelos técnicos da Arsae, o presidente negue atendimento à população mais vulnerável, negue o direito à água, negue a garantia de um direito fundamental, que é o acesso à água e ao saneamento básico. Obrigada, presidente.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, boa tarde; colegas deputadas e deputados e todo o povo mineiro, boa tarde! Eu estou falando agora mais uma vez diretamente aqui da cidade de Itaobim, no Vale do Jequitinhonha.

Questão de Ordem

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria solicitar 1 minuto de silêncio pelo triste acontecimento da morte do jovem Diogo Celso de Rezende Neiva, servidor desta Casa.

Homenagem Póstuma

O presidente – A presidência acata o pedido do deputado Doutor Jean Freire e solicita a todos que, de pé, permaneçam em silêncio por 1 minuto.

– Procede-se à homenagem póstuma.

O presidente – Devolvo a palavra ao deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, tempos difíceis esses que estamos vivendo. Eu vejo e respeito a fala de todos os colegas deputados e deputadas, não quero aqui apontar o dedo e dizer quem está certo e quem está errado, mas a morte começa a ter nomes. Enquanto são números, as pessoas vão banalizando a morte. Eu repito o que venho dizendo há dias aqui. Há um ano, quando morriam 600 pessoas, 400 pessoas na Itália, a gente se assustava, o povo brasileiro fazia correntes de orações.

Hoje, morrem mais de 3 mil pessoas; já chegou o dia de mais de 4 mil pessoas. E, ainda assim, parece que muitos e muitas se acostumaram, e a gente vê ideias e propostas que nos assustam. A gente vê o Brasil começando a ser motivo de chacota lá fora, como foi agora, parece que ontem, na França, quando falaram sobre a questão da cloroquina. Eu acho que é momento de todos e todas, independentemente de sigla partidária, de ideologia, independentemente de religião... Aliás, eu sou cristão, e acho que, neste momento, o nosso corpo se torna templo. Neste momento, nós somos templos. Aliás, creio eu que o maior templo é cada um: a nossa casa é a morada, nosso corpo é casa de morada de Deus. Então, acho que é momento de todos e todas se juntarem, se juntarem. Por isso, eu não quero apontar o dedo. Eu vejo e respeito as posições.

Quando eu vejo o colega Sargento Rodrigues colocar suas posições, e eu sempre pautei que ele é um deputado que a gente vê atuante, trabalhador... A política também é um jeito de cuidar das pessoas, mas o momento exige muito de nós, exige que nós possamos deixar de lado as vaidades políticas e tentar seguir ou nos aproximar o máximo da ciência.

Hoje, eu acordei extremamente abalado, quando fiquei sabendo da morte do Diogo. Ele, servidor desta Casa – a Marcela também – deixa, se eu não me engano, uma filhinha nova. A gente passa a ter uma relação de amizade, de conhecimento com esses servidores. Aliás, esta reunião só está acontecendo, porque há servidores aí atuando, se expondo. Só por isso que esta reunião está acontecendo. Em muitos dos nossos trabalhos a gente sabe que há muitos servidores aí que não aparecem, mas que são responsáveis – como são responsáveis! – pelo belíssimo trabalho que esta Casa faz. O corpo técnico desta Assembleia é simplesmente fantástico. Então, a gente fica triste, porque a gente começa a perder pessoas que a gente conhece, que a gente encontra nos corredores e a gente se cumprimenta. Outros começam a perder parentes.

Na semana retrasada, eu perdi uma amiga, que ficou três dias na UPA em Belo Horizonte esperando vaga de CTI. Aliás, eu posso dizer que muitos dos que eu estou vendo partir, aliás, todos que eu estou vendo são pessoas conhecidas, porque, a partir do momento em que eles entram no hospital, eles passam a ser pessoas conhecidas. A gente recebe mensagens dos filhos, dos netos, das esposas, dos esposos. Às vezes, nós deixamos, liberamos uma visita, com toda segurança. É de cortar o coração as falas que ouvimos ali. As quatro paredes da enfermaria, as quatro paredes do CTI sabem muito, sabem muitas coisas. Se eu pudesse mostrar para os colegas deputados e deputadas as mensagens que recebo neste celular... Mensagens do filho de 4 anos, por exemplo, que não deu tempo de eu mostrar ao pai dele. O pai de 27 anos faleceu antes de eu mostrar a mensagem do filho. Entre as falas ele pedia: "Papai, volta, o senhor não está me vendo usar o balanço. Queria fazer um carro de bombeiro, queria brincar de médico..." Ontem uma irmã de uma paciente me pediu que eu chamasse a paciente pelo apelido. Ao chamá-la pelo apelido, ela movimentou o pé. Aquilo envolveu toda a equipe.

Então, meus amigos e amigas, servidores desta Casa, a gente começa a ver a morte mais de perto. Repito o que venho dizendo: não é fácil, colegas deputados e deputadas. Com certeza, os colegas médicos, aqui deputados, já viram uma pessoa morrer agonizando; morrer sentindo falta de oxigênio. Não é fácil. Por isso nós devemos pregar, usar esse espaço para chamar a atenção das pessoas, chamar a atenção para os cuidados. Não é porque um grupo se vacinou que ele não pode pegar novamente. Tudo ainda é muito novo. Às vezes, as pessoas se vacinam e param de usar máscara, param de lavar as mãos, param de tomar os cuidados. Alguns trabalhos mostram que algumas variantes já estão atingindo mais, infectando mais pessoas vacinadas.

Colegas deputados e deputadas, cada dia que um se vai é um pedaço da gente, principalmente aqueles que estão na linha de enfrentamento da pandemia, principalmente aqueles que estão cuidando dos outros. Nós, médicos, recebemos ligações – talvez por eu ser político também – todos os dias. "Doutor, está faltando a medicação tal, está faltando sedativo no hospital". Já foi até motivo de reportagem em relação à nossa querida cidade de Araçuaí. Tenho falado constantemente com o secretário de Saúde, que tem sempre atendido os nossos telefonemas, as nossas ligações e se colocado à disposição. Mas não está fácil mesmo. Medicamentos que você não acha no mundo inteiro. O País – e Minas Gerais – tinha que ter se preparado lá atrás, em vez de ficar gastando rios de dinheiro com medicamentos cujo uso não é comprovado pela ciência. A gente já falava lá atrás, a gente já via a Itália e outros países sofrerem com a falta de medicamentos.

Não está sendo fácil! Acredite nisso quem ainda não acredita. E a gente vê pessoas ainda usando fake news, colocando vídeos e dizendo que estão enterrando pessoas vivas. Mentirosos, covardes – covardes! A gente vê pessoas em vídeos, e a gente só escuta a voz. Eles mostram vídeos como se aquela pessoa dentro do caixão estivesse viva. Olhe...

Os profissionais de saúde, todos, desde o recepcionista do hospital, desde aquele que limpa a enfermaria, que limpa o CTI, têm feito muito, têm arriscado suas vidas para salvar vidas. Por isso, paremos de banalizar a morte, paremos de usar de mentiras. Vamos, de uma vez por todas, despartidarizar a pandemia, despartidarizar a vacina. Vamos, pelo amor de Deus, ouvir a ciência; vamos ouvir o saber, a universidade.

Hoje nós presenciamos e participamos de uma reunião nesta Casa, de maneira virtual, com a reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, o que nos deixou uma esperança. Recebemos uma esperança a mais, a mais, porque muitos já produziram a vacina. E no momento em que o Brasil poderia dizer "eu quero comprar, eu quero proteger o meu povo", não, preferiu dizer que nós somos uma população imensa e que quem quiser vender é que tem que se preocupar, é que tem que procurar e oferecer o seu produto, como se as empresas tivessem vacinas sobrando, sobrando, aos tantos e tantos por aí.

Não, não! Não é isso que nós esperávamos ter dos representantes máximos deste país. Não é isso. A gente não queria ouvir isso, vendo ali, na nossa frente, pessoas sofrerem, morrerem. Nós profissionais de saúde, autoridades pedirem pessoas para irem em CTIs filmarem, gravarem. Eu acho que no mínimo nós deveríamos compartilhar algumas verdades, nós deveríamos no mínimo aceitar algumas verdades: que o momento é difícil, que a grande esperança é a vacina, que temos que lutar e focar na vacina, que estão faltando, sim, medicamentos, sedativos, principalmente analgésicos para manter os pacientes entubados. Olhem, é triste você ter que assumir um plantão e, antes de assumi-lo, verificar a tabela de medicamentos disponíveis na farmácia do hospital. Deixe-me ver se tenho ou não tenho a medicação. É triste ver uma colega médica, um colega médico, um hospital, uma cidade, um ser humano precisando de uma vaga, Sr. Presidente, e dizermos: "Você tem a medicação para me mandar?".

Por isso, eu finalizo a minha fala pedindo a todos e a todas: não banalizemos esse momento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Arlen Santiago – Gente, nós temos visto alguns arautos do apocalipse, que realmente estão acontecendo no mundo, só que, aqui no Brasil, ocorre que alguns órgãos de imprensa aproveitam e colocam essa situação, mas vamos dar boa notícia, boa notícia para o Vale do Jequitinhonha. A ponte que foi feita lá, há 17 anos, na cidade de Minas Novas, que ficou sem encabeçamento por 17 anos, quatro do Pimentel, um tanto a Dilma, um tanto de outras pessoas, simplesmente agora o governador

Zema autorizou o encabeçamento da ponte. E o prefeito de lá vai entrar com quase R\$2.000.000,00 do governo do Estado, são quase R\$2.000.000,00 para fazer aquilo que nunca quiseram fazer pelo nosso tão querido Vale do Jequitinhonha.

E, amanhã, o governador estará aqui, em Bocaiuva e em Montes Claros, fazendo algumas intervenções. Vocês todos sabem da minha briga com essa Eco135, que tomou quase R\$1.000.000.000,00 do BNDS para fazer a obra, desde 2019, e não começou a duplicação. (– Falha na transmissão do áudio.)... meses que estamos com a duplicação pronta. Então nós estávamos preparando com o Dr. Reinaldo Belli, no escritório da Dra. Adrianna Belli, uma ação, uma liminar para obrigar esse pessoal a aplicar os recursos que já estão no caixa deles para fazer a obra. O governo do Estado conseguiu o licenciamento, mas parece que talvez não vá precisar dessa ação judicial, porque a empresa, depois que nós começamos a criticar bastante, já está fazendo publicidade aqui em Montes Claros e, felizmente, aquiesceram.

E aí o governador Zema amanhã estará em Bocaiúva, na parte da manhã, dando a ordem de início dessa tão sonhada duplicação. Nós não ficamos satisfeitos com o pedágio do Pimentel, o mais caro do Brasil, e numa pista sem praticamente nenhuma melhoria. Então, agora parece que a situação (– Falha na transmissão do áudio.) e aí teremos que mudar um pouco o tema e ver que o pedágio do Pimentel vai acabar não sendo... Nós vamos tolerar esse pedágio, mas andando numa pista duplicada. Era isso, Sr. Presidente. Agradeço por esses 3 minutos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

– A Comunicação da Presidência, informando ao Plenário sobre os requerimentos aprovados, nos termos do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa, publicados no *Diário do Legislativo* de 25/3/2021, foi publicada na edição anterior.

Votação de Requerimentos

O presidente – Requerimento nº 1.044/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações sobre o andamento das obras de duplicação da MG-050, especialmente em relação ao trevo que dá acesso ao Município de Fortaleza de Minas, previstas no termo aditivo firmado entre a concessionária Nascente de Minas e o governo do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Bráulio Braz (PTB) – Coronel Sandro (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Doutor Paulo (Patri) – Fernando Pacheco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Virgílio Guimarães (PT).

O presidente – Votaram “sim” 18 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 1.044/2019 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 2.266/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais e ao presidente da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais pedido de informações sobre quais testes e parâmetros são utilizados pelas respectivas empresas para qualificar a qualidade da água em função do uso seguro e adequado de agrotóxicos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Coronel Sandro (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Rosângela Reis (Pode) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 24 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 2.468/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os imóveis locados utilizados pelo governo do Estado consubstanciadas em levantamento de todos esses imóveis, endereço, valor da locação e nome do proprietário do imóvel, com o devido encaminhamento dessas informações ao deputado requerente. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Coronel Sandro (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Rosângela Reis (Pode) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 25 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 2.468/2019 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 3.263/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a proposta de capacitação de profissionais da saúde e assistência acerca dos fluxos, diretrizes e direitos das mães em situação de vulnerabilidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 23 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 3.263/2019 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 3.634/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas no Plano de Ação de Emergência – PAEBM – e na Declaração de Condição de Estabilidade da barragem do empreendimento minerário implementado pela Companhia Brasileira de Alumínio no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Arlen Santiago (PTB) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 28 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 3.774/2019, do deputado Bruno Engler, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o funcionamento do serviço de atendimento móvel de urgência – Samu – via motocicletas nos municípios onde esse serviço público é prestado e sobre a viabilidade de implantação desse sistema de atendimento nos municípios onde ainda não são utilizadas as motocicletas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 27 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 3.892/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a organização atual da Rede de Atenção à Saúde do Idoso no Estado, detalhando as ações desenvolvidas pela atenção primária e especializada e esclarecendo se há demanda reprimida no atendimento pela rede. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 26 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 3.894/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais pedido de informações sobre a situação da exploração das águas minerais do Circuito das Águas, detalhando ainda o estado atual do envasamento e da distribuição das águas extraídas no Município de Lambari. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 26 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 3.950/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre os critérios de investimento para o desenvolvimento da rede elétrica nos municípios que possuem distritos industriais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Rosângela Reis (Pode) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 23 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 4.172/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico e à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre a situação de conservação do acervo de documentos relativos à regularização fundiária do extinto Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 27 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 5.457/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre as medidas que estão sendo preparadas e aquelas em andamento para a manutenção de investimentos em obras vitais para o Estado, a exemplo da LMG-760, que conta com recursos liberados pelo Comitê Interfederativo da Fundação Renova. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 26 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 5.457/2020 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 6.628/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a localização física dos núcleos de monitoração eletrônica no Estado e o número de servidores públicos lotados em cada núcleo, com respectivas escalas, por turno ou plantão, dia e noite, bem como sobre o número de usuários de tornozeleiras eletrônicas monitorados por núcleo, especificando-se quantos são em decorrência de crimes previstos na Lei Maria da Penha, separados por região – interior e região metropolitana –, e quantos são em virtude de outros ilícitos e decisões judiciais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Doutor Jean Freire (PT) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 26 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 7.111/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o número de afastamentos de servidores públicos que atuam nas unidades socioeducativas do Estado, causados por acidentes ou doenças laborais, nos últimos cinco anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 26 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 7.187/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações consubstanciadas no cronograma de nomeação dos candidatos aprovados no concurso público regido pelo Edital nº 02/2018, conforme anúncio feito pelo secretário de Governo em 30/11/2020, durante o Assembleia Fiscaliza. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Guilherme da Cunha (Novo) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 25 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 7.187/2020 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 7.326/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre os estudos que embasaram o traçado diretriz do Rodoanel, bem como sobre a análise dos riscos socioambientais para os municípios interceptados diretamente pelo projeto. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) –

Celinho Sintrocel (PCdoB) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Doutor Jean Freire (PT) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Rosângela Reis (Pode) – Sávio Souza Cruz (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 24 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 15, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 14/4/2021, a seguinte comunicação:

Do deputado Sávio Souza Cruz em que notifica o falecimento de Reginaldo Diniz Leroy, ocorrido em 13/4/2021, em Betim. (– Ciente. Oficie-se.)



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 14/4/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Adilene Moreira Gonçalves, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Minas são Muitas, vice-líder deputado Carlos Pimenta;

exonerando Bruna Máira Gonçalves Dias Soares, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Minas são Muitas, vice-líder deputado Carlos Pimenta;

exonerando Daniela Pacheco de Medeiros Portugal, padrão VL-46, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Mitre;

exonerando Fabiane Almeida da Silva, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Minas são Muitas, vice-líder deputado Carlos Pimenta;

nomeando Fernando Luiz Rosado, padrão VL-13, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Irineu;

nomeando João Vandir Pereira Lopes, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Minas são Muitas, vice-líder deputado Carlos Pimenta;

nomeando Marcos José da Silva Junior, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Minas são Muitas, vice-líder deputado Carlos Pimenta;

nomeando Ubiraci Prata Lima, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Mitre;

nomeando Vinícius Silva Alkimim Santos, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Minas são Muitas, vice-líder deputado Carlos Pimenta.

TERMO DE CONTRATO Nº 10/2021**Número no Siad: 9271067/2021**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Geraforte Grupos Geradores Ltda. Objeto: fornecimento de grupo diesel-gerador, incluindo instalação, testes, treinamento e manutenção em garantia. Vigência: 18 meses contados a partir da data da assinatura, sem prejuízo da garantia. Licitação: Pregão Eletrônico nº 89/2020. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729-4.239.0001.4.4.90 (10.1).

TERMO DE CONTRATO Nº 14/2021**Número no Siad: 9271266/2021**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: M & C Engenharia e Construções Ltda. Objeto: prestação de serviços de reparo em muro de divisa, com fornecimento de mão de obra e materiais. Vigência: 6 meses, contados a partir da data de sua assinatura inclusive. Licitação: Pregão Eletrônico nº 91/2020. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729-4.239.0001.3.3.90 (10.1).

**ERRATA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA***

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 30/3/2021, na pág. 2, onde se lê:

“Gabriela Vaz de Melo e Silva”, leia-se:

“Rafaella Váz de Melo e Silva”.

E, onde se lê:

“Luciana Fiuza Vieira, padrão VL-56, 6 horas”, leia-se:

“Luciana Fiuza Vieira, padrão VL-56, 8 horas”.

* – Fica sem efeito a errata relativa à matéria em epígrafe, publicada na edição de 31/3/2021, na pág. 19.